



IBGP

Assessoria técnica independente

ANEXO I.1

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
1. IDENTIFICAÇÃO DO IBGP e EQUIPE	4
1.1. ENTIDADE.....	4
IBGP – Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa	4
1.2 COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA.....	4
1.3 EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PLANO DE TRABALHO	4
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	5
3. OBJETIVOS E METAS	9
ANEXO I - QUADRO DE ENTREGAS E PRAZOS - ANEXO I.1 ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE - ATI - IBGP - R1	10
4. PÚBLICO-ALVO.....	12
5. METODOLOGIA	23
6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	31
7. MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	38
8. ESTRUTURA TÉCNICO OPERACIONAL DO PROJETO	45
9. ORÇAMENTO	65
10. CRONOGRAMA DE REPASSES POR PARTE DA IJ'S, DESMOBILIZAÇÃO	83
11. DADOS BANCÁRIOS.....	87
12. REFERÊNCIAS	88

Assessoria técnica independente

APRESENTAÇÃO

Este trabalho resulta do esforço coletivo de uma equipe multidisciplinar, que atuou de forma integrada por meio de reuniões virtuais, visitas de campo, sistematização das informações coletadas e validação junto ao município de Brumadinho, entre novembro/25 e fevereiro/26.

Foram dezenas de profissionais com diferentes formações e trajetórias, diretamente ligados ao IBGP, mobilizados e coordenados para garantir o cumprimento das atividades previstas neste Plano de Trabalho, de forma a atender às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão.

Este Plano constitui uma entrega prevista pelo Edital de Chamamento Público das Instituições de Justiça, publicado no site do MPMG em 30/10/25, para a contratação de Assessoria Técnica Independente (ATI) para prestar apoio e orientação às pessoas atingidas no processo de reparação do Acordo Judicial, na forma do art. 3º, VIII, da Lei Estadual nº 23.795/2021, sem prejuízo da participação e do acesso direto das pessoas atingidas aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à referida reparação integral.

Para a elaboração desse documento foram reunidas competências técnicas diversas e experiências multidisciplinares, garantindo a integração de conhecimentos necessários para o processo de tomada de decisão e validação junto às comunidades, de modo a assegurar que o Plano esteja alinhado e convergente com o escopo definido pelas Instituições de Justiça envolvidas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO IBGP e EQUIPE

1.1. ENTIDADE

IBGP – Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa

Av. do Contorno, 1480 andares 3 e 4, bairro Floresta / BH – MG – cep:

Telefone: (31) 99172-1484

E-mail: mobiliza@ibgpati.com.br

1.2 COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Função	Responsável
Diretor Executivo	Bruno Rafaelle do Monte
Diretora Financeira	Magali Patrícia da Silva e Oliveira
Diretora Administrativa	Josiane Teixeira Monte

1.3 EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PLANO DE TRABALHO

A execução e o acompanhamento do presente Plano de Trabalho serão conduzidos por uma equipe multidisciplinar vinculada ao Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa (IBGP), composta por profissionais responsáveis pela coordenação institucional, gestão administrativa, acompanhamento técnico e revisão dos documentos produzidos no âmbito da Assessoria Técnica Independente.

Ao longo do desenvolvimento do Plano de Trabalho, será apresentada a composição da equipe envolvida em cada etapa, de modo a garantir transparência e adequada articulação entre as diferentes áreas de atuação.

A atuação integrada da equipe multidisciplinar possibilita uma abordagem abrangente e qualificada das demandas, favorecendo a análise consistente das informações, a tomada de decisões fundamentadas e a condução eficiente das atividades previstas. Essa integração contribui, ainda, para o alinhamento metodológico entre as frentes de trabalho, assegurando coerência técnica, qualidade nas entregas e aderência aos objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Federal (MPF), juntamente com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), publicaram, em 31 de outubro de 2025, o Edital de Chamamento Público para a seleção de uma nova Assessoria Técnica Independente (ATI) destinada a atender as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão.

A escolha da nova ATI, no âmbito do Acordo Judicial para Reparação Integral, seria realizada diretamente pelas pessoas atingidas das Regiões 1 (Brumadinho) e 2 (Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé, Mateus Leme e Juatuba). O processo seletivo representou a garantia da participação social informada, prevista no Acordo Judicial, assegurando às pessoas atingidas o direito de escolher sua assessoria técnica independente.

Em 18 de novembro de 2025, as Instituições de Justiça divulgaram as regras específicas da votação, destinada aos titulares cadastrados no Programa de Transferência de Renda (PTR). A votação seria realizada entre os dias 9 e 14 de dezembro, por meio do site www.voteati.com.br, criado pelos órgãos competentes.

Além dos titulares do PTR, outras pessoas atingidas — moradores dos municípios envolvidos e integrantes do núcleo familiar do PTR com 16 anos ou mais — puderam solicitar cadastro para participar da votação entre os dias 19 e 27 de novembro, também por meio da internet.

No dia 19 de novembro de 2025, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) informaram a prorrogação do prazo para inscrições de entidades interessadas em atuar como Assessoria Técnica Independente (ATI) nas Regiões 1 e 2. O novo prazo para envio das inscrições foi estendido até o dia 26 de novembro de 2025. O Edital de Chamamento Público permaneceu disponível nos sites institucionais do MPMG, MPF e DPMG. O prazo para apresentação de recursos também foi prorrogado, passando para o dia 1º de dezembro de 2025, às 23h59.

Em 28 de novembro de 2025, as Instituições de Justiça divulgaram o resultado preliminar do Edital de Chamamento Público para seleção da Assessoria Técnica Independente nas regiões de

Brumadinho, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé, Mateus Leme e Juatuba. Conforme previsto no edital, as entidades tiveram prazo para apresentação de recursos até o dia 2 de dezembro, às 23h59.

Em 3 de dezembro de 2025, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) divulgaram o resultado final da primeira etapa do edital.

No dia 4 de dezembro de 2025, as Instituições de Justiça realizaram uma transmissão ao vivo para apresentação das propostas das entidades habilitadas no processo de escolha da nova ATI. A iniciativa teve como objetivo proporcionar às entidades habilitadas um espaço para apresentar suas propostas à população e demonstrar como pretendiam desenvolver o trabalho de assessoramento técnico independente.

Entre as entidades habilitadas, o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa (IBGP) apresentou-se como uma proposta alternativa e inovadora para a atuação das ATIs. O Instituto é reconhecido pela prestação de serviços nas áreas de gestão, governança corporativa e transformação digital, trazendo essa expertise para a atuação no assessoramento técnico às pessoas atingidas. A transmissão ao vivo alcançou mais de 1.100 visualizações em menos de 24 horas.

Em 5 de dezembro de 2025, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública e o Ministério Público de Minas Gerais divulgaram uma nova possibilidade para ampliar a participação das pessoas atingidas na votação: o voto por envelope, destinado especialmente àqueles que enfrentavam dificuldades para utilizar o sistema eletrônico.

O processo despertou grande interesse das pessoas atingidas. Além dos titulares do PTR, foram registrados mais de 1.800 pedidos adicionais de cadastro para participação na votação.

Entretanto, em 9 de dezembro de 2025, as Instituições de Justiça comunicaram a suspensão do Edital de Chamamento Público para substituição da Assessoria Técnica Independente na Região 1, em razão de decisão judicial proferida em 8 de dezembro de 2025.

Posteriormente, em 19 de dezembro de 2025, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) informaram que o

Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu pela continuidade do processo de escolha da nova ATI. Com isso, os procedimentos foram retomados em janeiro de 2026.

No dia 28 de janeiro de 2026, as Instituições de Justiça divulgaram o novo calendário da eleição. A votação foi realizada de forma on-line, por meio do site www.voteati.com.br, entre os dias 6 e 11 de fevereiro de 2026, até às 23h59.

Também foi disponibilizada a modalidade de votação por envelope, realizada entre os dias 10 e 12 de fevereiro de 2026, das 10h30 às 19h, em pontos de coleta previamente divulgados.

A votação mobilizou um grande número de pessoas atingidas, especialmente nos postos presenciais de recebimento de envelopes, reforçando o caráter democrático do processo.

Conforme o Comunicado nº 42, publicado em 3 de março de 2026, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) tornaram público o resultado do processo seletivo para escolha da nova Assessoria Técnica Independente (ATI).

O Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa (IBGP) foi a entidade mais votada para atuar como ATI na Região 1 (Brumadinho), com 2.269 votos válidos. Já na Região 2 (Mário Campos, Betim, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas), a entidade vencedora foi a ADAI (Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual), com 2.679 votos.

As entidades selecionadas foram convocadas para assinatura do Termo de Compromisso até o dia 5 de março de 2026, formalizando o início das atividades.

Com a assinatura do termo, as novas ATIs iniciaram imediatamente a estruturação das equipes e a instalação de escritórios locais, possibilitando a retomada do atendimento presencial às pessoas atingidas, que se encontrava suspenso. O plano operacional da ATI IBGP será baseado em:

Participação Informada: garantir que as pessoas atingidas tenham acesso a informações técnicas e compreensíveis sobre o processo de reparação.

Mobilização e Escuta Social: promover assembleias territoriais para coleta de demandas e validação de projetos de reparação socioeconômica.

Monitoramento de Danos: realizar acompanhamento contínuo dos impactos à saúde e ao meio ambiente, incluindo solos, água e fauna.

Atualmente, encontra-se em andamento a construção e consolidação dos planos de trabalho, que irão guiar as atividades das ATIs no Anexo I.1, assim como no processo de Participação Informada e Organização Social nas regiões 1 e 2. Esse estágio é marcado pela definição de estratégias e organização das ações, buscando estruturar de forma clara e eficiente a implementação das iniciativas.

A consolidação desses planos permite estabelecer um direcionamento consistente para as próximas etapas, garantindo que as ações sejam realizadas de maneira coordenada, transparente e alinhada às necessidades das comunidades envolvidas, encerrando assim a contextualização do cenário atual.

“Considerando que, em 2025, o processo de reparação entrou em uma nova etapa, marcada pelo início da execução do Anexo I.1 e do eixo de Participação Informada, se identificou a necessidade de separação dos dois planos de trabalho, mantendo, contudo, sua articulação no âmbito do Acordo Judicial. O presente plano de trabalho é específico do Anexo I.1 e tem como escopo prestar apoio às comunidades atingidas, seja na informação, formação ou na construção coletiva dos projetos, bem como apoiar a Entidade Gestora na realização de suas atividades, cabendo a esta a gestão operacional e financeira do Anexo I.1”

Assessoria técnica independente

3. OBJETIVOS E METAS

Realizar o assessoramento técnico independente na execução das atividades dos Projetos de Demandas das Comunidades (Anexo I.1 do AJRI), em conformidade com os objetivos da Proposta Definitiva elaborada pela Entidade Gestora (EG). O objetivo é assegurar que os processos sejam planejados, monitorados e implementados de forma estruturada, integrada e alinhada às necessidades e prioridades das comunidades atendidas, conforme proposto pela Entidade Gestora.

Premissas:

- Utilizar de educação popular para orientação às pessoas atingidas;
- Apoiar na consolidação da autonomia, protagonismo e controle social das pessoas e comunidades atingidas;
- Considerar as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais das pessoas e comunidades atingidas.

A seguir, apresentamos o quadro de “Entregas e Prazos”, documento este complementar ao Termo de Compromisso pactuado entre as Instituições de Justiça e este Instituto, no dia 06 de março de 2026, especificamente no que diz respeito ao Anexo I.1.

Ressalta-se que o referido quadro foi revisado e contempla as orientações determinadas nos Ofícios Conjuntos IJs nº 47/2026 e nº 61/2026, incorporando os novos prazos e o reordenamento das atividades necessários à execução do Plano de Trabalho. As adequações foram realizadas em alinhamento com a CAMF e a Entidade Gestora, visando assegurar a execução integrada das ações, evitar desencontros operacionais e garantir a compatibilização dos cronogramas de trabalho, especialmente no âmbito do Anexo I.1 do AJRI.

Para além, esclarecemos que para fins de atendimento à Meta 15 – Apresentação da Prestação de Contas Físico-Financeira, e em observância aos novos prazos de execução estabelecidos nos Ofícios Conjuntos IJs nº 47/2026 e nº 61/2026, serão adotadas como datas de encerramento dos trimestres de referência para apresentação das prestações de contas as seguintes: **31/07/2026, 31/10/2026, 31/01/2027, 30/04/2027, 31/07/2027 e 30/09/27.**

ANEXO I - QUADRO DE ENTREGAS E PRAZOS - ANEXO I.1 ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE- ATI-IBGP- R1

Nº META	ENTREGAS / METAS FINAIS	PRAZO	ENTREGA ENTIDADE GESTORA (EG) CORRESPONDENTE	PESO
1	Formações concluídas: proposição de projetos - R1 - 3211 e R2 - 4034 pessoas certificadas no treinamento - com fase preparatória para 1º e 2º Ondas de decisões sobre projetos	31/08/2026 30/12/2026	3 Capacitação inicial dos conselheiros concluída 15 Apresentação mensal de relatórios de evolução física-financeira dos projetos	2
2	Formações concluídas: escrita de projetos e execução de projetos - R1 - 322 e R2 - 403 pessoas certificadas no treinamento - 1º e 2º Onda	31/08/2026 30/12/2026	3 Capacitação inicial dos conselheiros concluída 15 Apresentação mensal de relatórios de evolução física-financeira dos projetos	1
3	Material informativo e didático, com a síntese da região para a população atingida, sobre a evolução do Anexo 1.1, disponível em formato virtual e com apresentação presencial	30/06/2026 31/12/2026 30/05/2027	3 Capacitação inicial dos conselheiros concluída 15 Apresentação mensal de relatórios de evolução física-financeira dos projetos	1
4	80% dos conselheiros com transporte e hospedagem disponibilizados para participação nos espaços participativos da EG	MENSAL	3 Capacitação inicial dos conselheiros concluída 15 Apresentação mensal de relatórios de evolução física-financeira dos projetos	1
5	Documento apresentando a estrutura com os conselhos locais e regionais e seu regimento inicial	31/07/2026 31/12/2026	1 Formação dos conselhos locais e conselhos regionais	1
6	Convite para 100% dos conselheiros familiares de vítimas fatais com metodologia construída juntos aos familiares para no MÍNIMO 4 processos decisórios - (2ª onda, crédito e microcrédito, assembleia final, monitoramento). Deverá ser entregue um relato dos encaminhamentos contendo lista de presença.	30/06/2026 31/12/2026	1 Formação dos conselhos locais e conselhos regionais	1
7	Envolvimento das pessoas atingidas, incluído fase preparatória e devolutiva, a cada processo decisório - (1) Priorização de danos (Inauguração dos Conselhos); (2) 1ª Onda/Crédito e Microcrédito; (3) 2ª Onda/Crédito e Microcrédito; (4) Monitoramento/Plano Participativo e (5) Assembleia Final - MÍNIMO de 5 processos decisórios com R1 352 e R2 380 pessoas envolvidas	10 dias após o ciclo do espaço decisório	5 Definição da primeira onda de projetos (locais e regionais e PCTs) 6 Aprovação do conceito das linhas de crédito e microcrédito e critérios pelos conselhos 7 Definição da segunda onda de projetos (locais e inter-regionais)	2
8	Revisão do diagnóstico de danos coletivos/comunitários (formulário), se houver necessidade, a partir do Banco de Dados consolidado da Entidade Gestora e validado com os conselhos locais.	Sob demanda	5 Definição da primeira onda de projetos (locais e regionais e PCTs) 6 Aprovação do conceito das linhas de crédito e microcrédito e critérios pelos conselhos 7 Definição da segunda onda de projetos (locais e inter-regionais)	1

ANEXO I - QUADRO DE ENTREGAS E PRAZOS - ANEXO I.1 ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE- ATI-IBGP- R1

Nº META	ENTREGAS / METAS FINAIS	PRAZO	ENTREGA ENTIDADE GESTORA (EG) CORRESPONDENTE	PESO
9	Lista preliminar de projetos sugeridos pelas pessoas atingidas surgidos nas discussões dos espaços de participação - MÍNIMO 1 lista por Região	30/09/2026 30/04/2027	5 Definição da primeira onda de projetos (locais e regionais e PCTs) 6 Aprovação do conceito das linhas de crédito e microcrédito e critérios pelos conselhos 7 Definição da segunda onda de projetos (locais e inter-regionais)	1
10	Formações concluídas: crédito e microcrédito, focada em finanças solidárias - 3 encontros coletivos por região - MÍNIMO de participação de 80% dos conselhos locais contemplados na formação	31/07/2026 30/10/2026	1 Formação dos conselhos locais e conselhos regionais 6 Aprovação do conceito das linhas de crédito e microcrédito e critérios pelos conselhos	1
11	Formações concluídas com as pessoas atingidas: governança - R1 - 161 e R2 - 201 pessoas certificadas no treinamento	31/08/2026	1 Formação dos conselhos locais e conselhos regionais 6 Aprovação do conceito das linhas de crédito e microcrédito e critérios pelos conselhos	1
12	Envolvimento das pessoas atingidas, incluído fase preparatória, para contribuições ao plano participativo - MÍNIMO de R1 - 352 e R2 - 380 pessoas envolvidas em cada processo decisório	10 dias após o ciclo do espaço decisório	15 Apresentação mensal de relatórios de evolução física-financeira dos projetos	2
13	Divulgação dos editais de projetos e crédito e microcrédito para a população em todos os canais de comunicação das ATIs	Um dia após a EG.	12 Conclusão de processo seletivo e contratação de entidade/instituição para execução de 30% dos projetos da segunda onda 13 Conclusão de processo seletivo e contratação de entidade/instituição para execução de 100% dos projetos da segunda onda	1
14	Entrega/divulgação para as pessoas atingidas de material impresso e digital para auxiliá-las na decisão sobre projetos locais, regionais e PCTs	10 dias antes do ciclo do espaço decisório	5 Definição da primeira onda de projetos (locais e regionais e PCTs) 7 Definição da segunda onda de projetos (locais e inter-regionais) 11 Início da operacionalização do crédito e microcrédito	1
15	Apresentar prestação de contas físico-financeira da atuação do trabalho das ATIs, considerando padrão mínimo de informações definido pela auditoria, em linguagem simples. Participação MÍNIMA superior a 50% dos membros da Instância Regional nas reuniões, PREFERENCIALMENTE presenciais, ocorridas nos espaços participativos	ATÉ 60 DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO TRIMESTRE A partir de Agosto de 2026	CAMF	1
16	Organizar reuniões para subsídio da manifestação técnica da EG sobre divisão de recursos - ao menos uma (1) reunião por região	A partir de Agosto de 2026	4 Manifestação técnica sobre a distribuição dos recursos	1

4. PÚBLICO-ALVO

A Região 1 compreende o município de Brumadinho, localizado na área diretamente atingida pelo Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, caracterizando-se pela presença de comunidades urbanas, rurais e tradicionais distribuídas ao longo do território impactado. Trata-se de uma região marcada por forte vínculo socioeconômico, cultural e ambiental com o território e seus recursos naturais, profundamente afetados pelo desastre. Nesse contexto, considera-se como público-alvo todas as pessoas atingidas direta ou indiretamente pelo referido evento, abrangendo tanto aquelas já inseridas nas instâncias formais do Sistema de Governança e do Sistema de Participação Informada, quanto aquelas ainda não organizadas ou não representadas nesses espaços.

Atualmente, diversas comunidades da Região 1 encontram-se inseridas no contexto da reparação, apresentando dinâmicas sociais heterogêneas e distintos níveis de organização comunitária. Essas comunidades mantêm relações históricas com o território, seja por meio de atividades produtivas, práticas culturais ou formas de uso e ocupação do espaço, todas significativamente impactadas pelo rompimento da barragem.

Observa-se, ainda, a complexidade e a diversidade do público atingido na Região 1, em razão das múltiplas formas de impacto e das distintas realidades territoriais e sociais presentes no município.

4.1. Brumadinho – Breve Descrição

O município de Brumadinho está localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, possuindo cerca de 40 mil habitantes e uma área aproximada de 640 km². O território é cortado pelo Rio Paraopeba e caracteriza-se por sua relevância ambiental, social e cultural, abrigando importantes áreas naturais, como a Serra do Rola-Moça, além do Instituto Inhotim, reconhecido como um dos principais centros culturais do país.

A dinâmica socioeconômica local está historicamente vinculada às atividades de mineração, turismo e prestação de serviços, coexistindo com comunidades urbanas e rurais, bem como com povos e comunidades tradicionais, incluindo quilombolas, agricultores familiares e ribeirinhos, o que confere ao território significativa diversidade social, cultural e produtiva.

A Região 1 compreende o município de Brumadinho, localizado na área diretamente atingida pelo Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, evento que estruturou grande parte das ações de reparação socioeconômica previstas no Acordo Judicial. Ressalta-se que os impactos do desastre extrapolaram os limites municipais, atingindo diversas localidades ao longo da bacia do rio Paraopeba, com reconhecimento de comunidades atingidas em 26 municípios.

No contexto dos levantamentos territoriais realizados no âmbito da reparação, a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) identificou 81 comunidades em Brumadinho com danos registrados. Por sua vez, documentos de representação das comissões da Região 1 indicam a existência de 76 comunidades, evidenciando variações decorrentes dos critérios adotados, seja por comunidades com danos sistematizados, seja por aquelas inseridas nas instâncias participativas.

Nesse contexto, considera-se como público-alvo a totalidade das pessoas atingidas direta ou indiretamente pelo desastre, abrangendo tanto aquelas pertencentes às comunidades identificadas nos levantamentos territoriais quanto aquelas inseridas nas instâncias formais do Sistema de Participação e da Estrutura de Governança do Anexo I. Tal configuração evidencia a complexidade e a diversidade do público atingido na Região 1, bem como a necessidade de abordagens que considerem as especificidades territoriais, os diferentes níveis de organização social e as múltiplas formas de impacto decorrentes do rompimento.

4.2. Estrutura de Governança

No âmbito do Anexo I.1, a Estrutura de Governança é organizada a partir de diferentes instâncias, compreendendo conselhos e setores nos níveis local, regional e inter-regional, além da Assembleia Geral, configurando-se como espaço formal de deliberação e representação no processo de reparação. Fundamentada no princípio da governança popular, essa estrutura assegura às pessoas atingidas participação efetiva nos processos de formulação, deliberação, execução e monitoramento das ações e projetos em seus territórios.

Para além da organização por níveis territoriais, a governança se estrutura a partir de três eixos complementares e interdependentes, que organizam as funções de participação, execução e controle no âmbito da reparação:

I) Eixo de Participação e Controle Social

Compreende as instâncias de representação direta das pessoas atingidas, responsáveis pela construção, deliberação e acompanhamento das propostas, incluindo:

- Conselhos e Setores Locais
- Conselhos e Setores Regionais
- Conselhos e Setores Inter-regionais
- Assembleia Geral

Essas instâncias constituem o núcleo da governança popular, garantindo que as decisões partam das bases territoriais e sejam legitimadas ao longo dos diferentes níveis.

II) Eixo Operacional

Refere-se às instâncias responsáveis pela viabilização técnica e execução das ações e projetos definidos pela governança, incluindo:

- Entidade Gestora (EG)
- Assessorias Técnicas Independentes (ATIs)
- Entidades, grupos e coletivos executores dos projetos
- Câmara Técnica e de Demandas

Esse eixo assegura a implementação das decisões, respeitando as diretrizes estabelecidas pelas instâncias de participação.

III) Eixo de Fiscalização

Compreende as instâncias responsáveis pelo acompanhamento, transparência e controle da aplicação dos recursos e das ações executadas, destacando-se:

- Conselho de Transparência Financeira

Esse eixo garante a integridade do processo, promovendo controle social e institucional sobre a execução da reparação.

A organização da governança se dá, portanto, de forma territorial e funcional, articulando esses três eixos de maneira integrada. No nível local, as Comissões e lideranças comunitárias constituem a base organizativa dos territórios, sendo responsáveis pela mobilização social, escuta qualificada e indicação de representantes. A partir dessas indicações, são formados os Conselhos Locais, que atuam na definição de diretrizes para pequenos projetos, proposição de iniciativas de maior porte e articulação das demandas comunitárias. De forma complementar, os Setores Locais asseguram a participação de grupos vulnerabilizados — como Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), população da zona quente, familiares de vítimas fatais, mulheres e pessoas com deficiência — garantindo que suas especificidades sejam consideradas nos processos decisórios.

No nível regional, a governança se estrutura por meio do Conselho Regional, composto por representantes indicados pelos Conselhos Locais, assegurando a representação dos diferentes territórios e municípios. Essa instância é responsável por deliberar sobre diretrizes de projetos de médio porte, articular demandas regionais e promover a integração entre os territórios. Paralelamente, o Setor Regional organiza e fortalece as pautas dos grupos vulnerabilizados em escala regional.

No nível inter-regional, as instâncias assumem caráter estratégico e integrador. O Conselho Inter-regional e o Setor Inter-regional consolidam as demandas das diferentes regiões atingidas, sendo responsáveis pela definição de diretrizes de projetos de grande porte e pela articulação de estratégias comuns.

A articulação entre essas instâncias ocorre de forma ascendente e integrada, na qual as demandas emergem dos territórios, são sistematizadas no nível local, qualificadas no âmbito regional e consolidadas no nível inter-regional. Esse fluxo garante coerência, transparência e aderência às realidades locais, ao mesmo tempo em que fortalece a legitimidade do processo participativo.

De acordo com a Entidade Gestora, em sua proposta definitiva, há a estimativa de constituição de 46 conselhos locais nas cinco regiões. Na Região 1, conforme informações sistematizadas pela AEDAS, até o momento, encontram-se mapeados 13 conselhos locais, com representação de mais de 80 comunidades.

No que se refere aos setores, identificam-se 03 setores organizados a partir de recortes temáticos e de grupos específicos, incluindo: Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), população da zona quente e familiares de vítimas fatais. Segundo proposta da EG, existe a previsão de outros dois setores – mulheres e pessoas com deficiência.

Setor Familiares de Vítimas Fatais: é constituído pela comunidade de Familiares de Vítimas Fatais, e se organiza enquanto uma comunidade não territorializada, ou seja, formada a partir de integrantes atingidos em diversas partes do Brasil ou até em outros países. Esta comunidade identifica-se enquanto possuidor de forte vínculo afetivo com as vítimas fatais do rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho, nos graus de parentesco utilizados no processo de reparação, reconhecidos pelas Instituições de Justiça: relações familiares de primeiro grau, sendo pai e mãe, filhas/os e cônjuge, e as relações de segundo grau que são os/as irmãos/ãs.

Setor Zona Quente: Este Setor é constituído inicialmente pelas comunidades atingidas da Zona Quente composto pelas comunidades Alberto Flores, Assentamento Pastorinhas, Córrego do Feijão, Córrego Fundo, Monte Cristo, Parque da Cachoeira/Parque do Lago, Pires, Quilombo Sanhudo e Tejuco, do município de Brumadinho, da Região 1 que atuam na participação e controle social da Governança Popular do Anexo I.1. As comunidades pertencentes a este Setor se reconhecem com base nas suas características territoriais, danos comuns e vulnerabilidades sociais, tais como: danos específicos devido à proximidade geográfica com o rompimento das Barragens: tráfego intenso de veículos e máquinas que atuam no processo de buscas e nas obras emergenciais e de reparação, convivendo com “rotas de fuga”; danos vivenciados pós rompimento da barragem como a poeira, desabastecimento de água, desvalorização dos imóveis e estigma da contaminação; presença de desigualdades sociais marcantes e violações de direitos também já pré-existentes ao rompimento e que foram agravadas pós- rompimento; presença e influência dos empreendimentos minerários agravando a condição de minero-dependência; ameaça aos modos de vida e de produção, principalmente ao que tange a agricultura familiar e os trabalhadores rurais.

Setor Povos e Comunidades Tradicionais: grupos que possuem dinâmicas próprias de organização social, cultural e territorial, que se reconhecem como tais. Possuem direitos garantidos por legislação específica, esses grupos também sofrem os danos de forma agravada a partir de processos históricos de vulnerabilização. São eles os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), como as comunidades

quilombolas, os povos indígenas, os povos e comunidades de matriz africana (candomblés, umbandas e reinados), ribeirinhos e pescadores artesanais.

Destaca-se que a Estrutura de Governança se articula diretamente com as estruturas territoriais de organização dos atingidos, notadamente aquelas constituídas no âmbito do Sistema de Participação, na medida em que estas concentram os processos de mobilização, escuta e organização das demandas nos territórios, enquanto a governança se configura como o espaço institucionalizado de representação e deliberação.

Tal articulação é fundamental para assegurar que as pautas construídas nos territórios sejam devidamente sistematizadas, legitimadas e incorporadas aos processos decisórios formais da reparação.

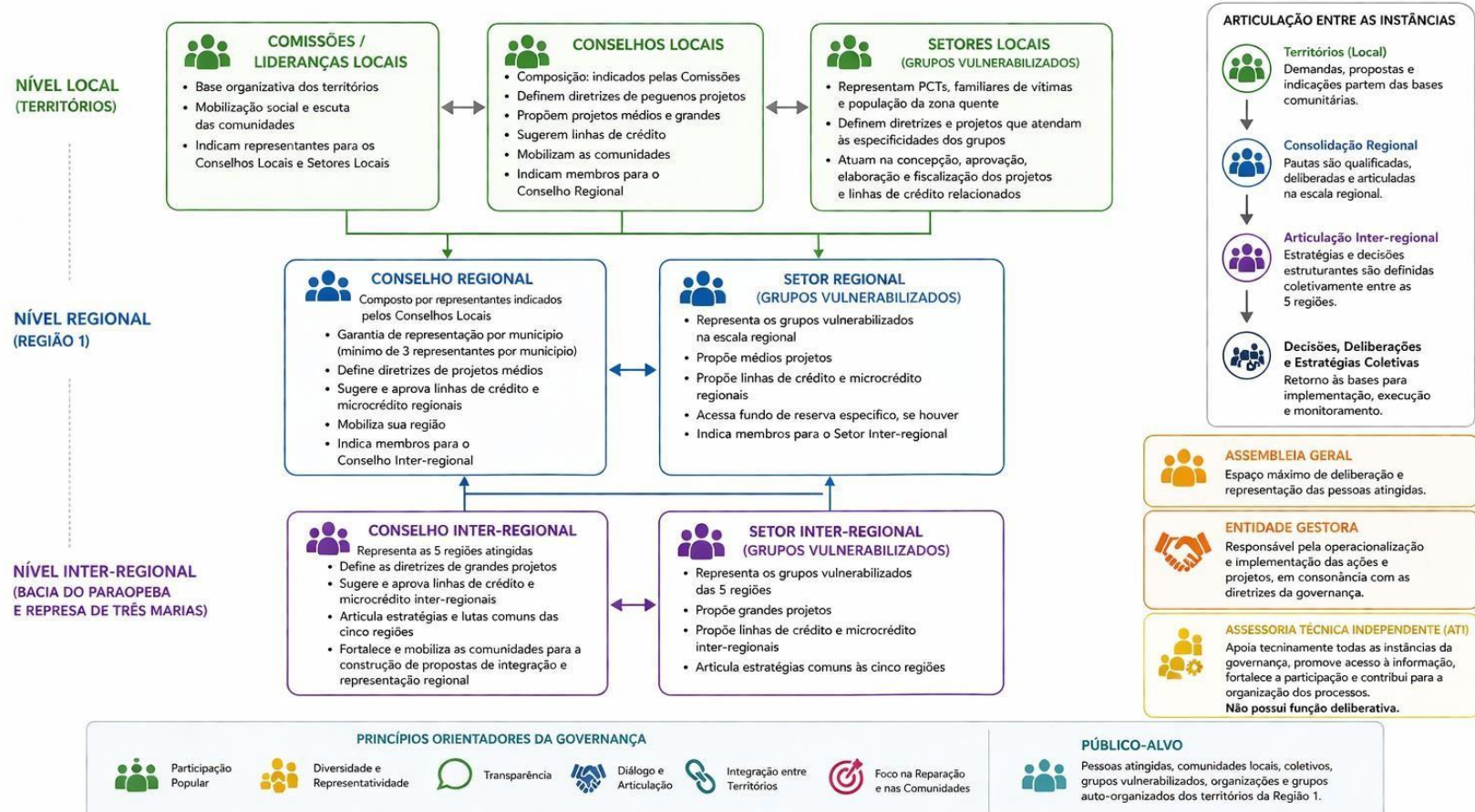
Nesse arranjo, a Assessoria Técnica Independente (ATI) desempenha papel transversal de apoio técnico-metodológico, promovendo o acesso à informação qualificada, fortalecendo a participação social e contribuindo para a organização dos processos, sem exercer função deliberativa. A Entidade Gestora, por sua vez, atua na operacionalização e implementação das ações, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas instâncias de governança.

Abaixo, imagem da Estrutura de Governança, Relação dos Conselhos Locais e Setores

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA POPULAR

ANEXO 1.1 – ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO

Governança popular baseada na participação das pessoas atingidas na formulação, decisão, execução e monitoramento dos projetos em seus territórios.



Nota: A estrutura apresentada segue as diretrizes do Anexo 1.1 e poderá ser ajustada conforme deliberação das pessoas atingidas e orientações da Entidade Gestora e Instituições de Justiça.

LISTA DAS COMUNIDADES E DOS CONSELHOS LOCAIS

Governança Popular do Anexo I.1 – Região 01

CONSELHO LOCAL	COMUNIDADES VINCULADAS
Conselho Local Brumadinho 01	Bairro da Ponte; Casa Branca; Jangada; Jardim Casa Branca; Parque das Águas; Recanto da Aldeia; Recanto do Vale; Parque da Andorinha; Córrego de Areia
Conselho Local Brumadinho 02	Campinho; Carneiros; Córrego Ferreira; Gorduras; Marques; Palhano; Piedade do Paraopeba; Samambaia; Suzano; Reino do Kongo – Angola Kilombo do N’Gunga; Bragas; Candeias; Grota (Piedade); Grota Grande; Paulo Preto; Quintiliano
Conselho Local Brumadinho 03	Quilombo Casinhas; Colégio; Quilombo Gomes; Quilombo Grota; Martins; Quilombo Massangano; São José do Paraopeba; Quilombo Taquaraçu
Conselho Local Brumadinho 04	Aranha; Coronel Eurico; Estiva; Vila do Pintinho; Córrego de Almas; Quilombo Vargem da Lagoa; Melo Franco; Conceição do Itaguá
Conselho Local Brumadinho 05	Dom Bosco; Grajaú; Pinheiro; Presidente; Residencial Bela Vista; Retiro do Brumado; Sol Nascente; São Judas Tadeu; Jardim América
Conselho Local Brumadinho 06	Águas Claras; Cachoeira; Eixo Quebrado; José Henriques; Soares
Conselho Local Brumadinho 07	Centro; COHAB; Do Carmo; Ipiranga; Lourdes; Progresso I e II; Santa Efigênia; Santo Antônio; Silva Prado; São Bento; São Conrado; São Sebastião; Kilombu Família Bibiano
Conselho Local Brumadinho 08	Aurora; Bela Vista; Jota; Planalto; Salgado Filho; Varjão
Conselho Local Brumadinho 09	Quilombo Marinhos; Quilombo Ribeirão; Quilombo Rodrigues; Quilombo Sapé
Conselho Local Brumadinho 10	Córrego do Feijão
Conselho Local Brumadinho 11	Alberto Flores; Assentamento Pastorinhas; Córrego Fundo; Monte Cristo; Parque da Cachoeira; Parque do Lago; Quilombo Sanhudo; Tejuco
Conselho Local Brumadinho 12	Maricota; Ponte das Almorreimas
Conselho Local Brumadinho 13	Toca de Cima; Comunidade Tradicional Ribeirinha Rua Amianto

A presente tabela apresenta a organização territorial dos Conselhos Locais vinculados à Governança Popular do Anexo I.1 – Região 01: Fonte: Aedas

SETORES - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Povos e Comunidades Tradicionais - PCTS

No caso dos **Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)**, trata-se de um agrupamento que reconhece identidades coletivas protegidas pelo Decreto nº 6.040/2007, assegurando que seus referenciais culturais, formas próprias de organização e relações com o território sejam considerados nas estratégias de reparação. Sua presença em todas as regiões permite tanto articulação ampliada quanto organização em níveis locais.

Familiares de Vítimas Fatais

Já o segmento de **Familiares de Vítimas Fatais (FVF)** corresponde a um coletivo constituído a partir da perda direta de seus entes, configurando uma condição singular no conjunto dos atingidos. Com maior concentração nas Regiões 1 e 2, esse setor se organiza como espaço específico de incidência, voltado ao reconhecimento dos danos imateriais, à preservação da memória e à participação qualificada nos processos deliberativos.

Comunidades da Zona Quente

Por sua vez, o conjunto das **Comunidades da Zona Quente (ZQ)** reúne os territórios que vivenciaram de forma mais intensa os efeitos imediatos do rompimento. A organização desse setor busca assegurar centralidade às demandas emergentes dessas localidades, promovendo sua priorização nas discussões e encaminhamentos relacionados à reparação.

Fonte: Própria

4.3 Sistema de Participação

O Sistema de Participação, estruturado no contexto da reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, constitui o principal mecanismo de organização, escuta e deliberação das pessoas atingidas ao longo do processo reparatório.

Seu público-alvo compreende as pessoas atingidas direta e indiretamente pelo desastre socioambiental, organizadas a partir de seus territórios, modos de vida e formas próprias de organização social. Inclui moradores de comunidades urbanas e rurais ao longo da bacia do rio Paraopeba, Povos e Comunidades Tradicionais, trabalhadores e trabalhadoras impactados em suas atividades produtivas, bem como grupos em situação de maior vulnerabilidade social, como mulheres, idosos, crianças e adolescentes, além de coletivos e organizações formais ou informais que expressam a organização social nos territórios.

O Sistema de Participação configura-se como um espaço participativo, informativo e deliberativo, por meio do qual as pessoas atingidas exercem seu direito à participação informada, constroem posicionamentos coletivos e incidem nos processos decisórios da reparação. Trata-se, portanto, do principal instrumento por meio do qual as comunidades organizam suas demandas, constroem consensos e garantem que suas vozes sejam consideradas e respeitadas.

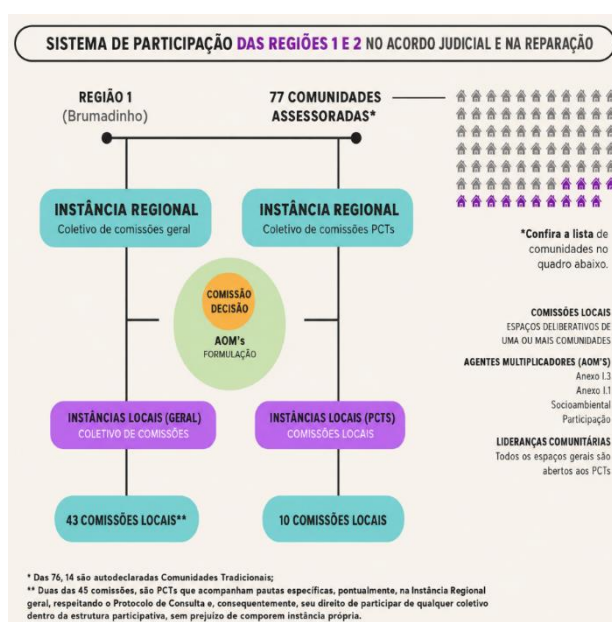
No que se refere à sua composição, o Sistema de Participação organiza-se em diferentes instâncias territoriais, incluindo as Comissões de Atingidos e Atingidas, no nível local, responsáveis pela mobilização, escuta e organização das demandas comunitárias, e a Instância Regional, que articula o conjunto dessas comissões na Região 1, possibilitando a consolidação e o encaminhamento de pautas em escala ampliada.

Conforme registros da AEDAS, há, na Região 1, um conjunto de 45 comissões vinculadas à Instância Regional, dentre as quais duas se autodeclaram como representativas de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), evidenciando a diversidade organizativa presente no território. Ressalta-se, todavia, que as informações aqui apresentadas se baseiam em registros e documentos institucionais, notadamente aqueles produzidos pela AEDAS e pela Entidade Gestora, devendo ser objeto de validação em campo pelo IBGP, a fim de aferir sua atualização, consistência e aderência às dinâmicas territoriais e organizativas vigentes.

Dessa forma, optou-se por adotar como referência os agrupamentos já estabelecidos, considerando que estes refletem processos de validação social construídos ao longo da execução anterior, com aderência às realidades territoriais, às relações comunitárias e às formas de organização reconhecidas pelas próprias comunidades. Tal abordagem contribui para a mitigação de riscos associados à redefinição de territórios e agrupamentos, como a sobreposição de representações, a fragmentação de comunidades ou a fragilização de vínculos já consolidados.

Destaca-se que o Sistema de Participação possui caráter amplo e transversal, não se restringindo às instâncias específicas do Anexo I.1, mas abrangendo o conjunto de espaços, atividades e processos de discussão que envolvem as pessoas atingidas no âmbito da reparação. Nesse sentido, ele constitui a base social e organizativa que sustenta a governança, permitindo que as decisões formais sejam alimentadas por processos contínuos de escuta, mobilização e construção coletiva.

Nesse arranjo, a Assessoria Técnica Independente (ATI) atua no fortalecimento do Sistema de Participação, apoiando a organização dos espaços de diálogo e decisão, a qualificação das informações e a ampliação das condições de participação das pessoas atingidas. Sua atuação inclui a realização de reuniões, atividades formativas e processos de mobilização, bem como o apoio às Comissões Locais e à Instância Regional, contribuindo para a articulação entre território, participação social e governança.



Fonte: Aedas

5. METODOLOGIA

A execução do Anexo I.1 é atribuição da Entidade Gestora (EG), responsável por conduzir os processos formativos e decisórios vinculados aos eixos do Anexo I.1., sendo eles: 1.1ª. 2.2ª onda. 3. Crédito e Microcrédito, 4. Assembleia final e 5. Monitoramento.

Nesse contexto, a ATI exerce um papel de apoio especializado, oferecendo suporte técnico, pedagógico, logístico e comunicacional, garantindo que as pessoas atingidas tenham acesso pleno à informação, possam compreender os instrumentos disponíveis e participar de maneira efetiva e informada das decisões que impactam cada eixo.

A atuação da ATI concentra-se em facilitar a participação ativa e qualificada nos espaços coletivos, promover atividades preparatórias e multiplicadoras e assegurar que os territórios disponham das condições necessárias para propor, acompanhar e avaliar ações de reparação.

Além disso, a metodologia da ATI é planejada para integrar esforços, otimizar os momentos de encontro e respeitar os tempos e ritmos das comunidades, promovendo uma participação contínua, qualificada e sustentável ao longo do processo de reparação.

5.1. Metodologia e Categorias de Espaço

A atuação da Assessoria Técnica Independente (ATI) no âmbito do Anexo I.1 estrutura-se a partir de dois níveis metodológicos complementares:

- metodologia institucional, voltada ao suporte técnico, organizacional e à interface com a governança; e
- metodologia territorial, orientada à mobilização, formação e participação direta das pessoas atingidas nos territórios.

Essa distinção assegura maior clareza entre as funções de apoio técnico-operacional da ATI e as estratégias de atuação junto ao público-alvo, garantindo coerência entre objetivos, espaços participativos e sujeitos envolvidos.

a) Metodologia Institucional

Compreende as ações de suporte à implementação do projeto e à estrutura de governança, incluindo:

- Apoio técnico à Entidade Executora

Atuação na sistematização de informações territoriais, qualificação de dados sobre comunidades e apoio metodológico ao planejamento e condução dos espaços participativos, assegurando alinhamento com as diretrizes do Anexo I.1.

- Comunicação participativa

Produção e disseminação de conteúdos acessíveis e contextualizados, considerando as especificidades socioterritoriais e culturais dos públicos envolvidos, garantindo transparência e circulação qualificada das informações.

- Gestão administrativa e coordenação do projeto

Responsável pelo planejamento integrado, monitoramento das ações, gestão de recursos e acompanhamento de resultados, assegurando qualidade, eficiência e cumprimento das metas estabelecidas.

b) Metodologia Territorial

Refere-se às estratégias de atuação direta junto às pessoas atingidas, orientadas pela educação popular, mobilização social e fortalecimento da organização comunitária.

- Mobilização e formação

Promoção de encontros formativos e ações de mobilização voltadas à qualificação da participação nos espaços de governança, assegurando compreensão dos conteúdos, fortalecimento do protagonismo e ampliação da incidência das comunidades nos processos decisórios.

- Suporte operacional à participação

Garantia de condições materiais para participação efetiva, incluindo organização logística (transporte, alimentação e hospedagem), especialmente para conselheiros(as), representantes comunitários e grupos com maior vulnerabilidade.

c) Metodologias Específicas por Público

Considerando a diversidade do público-alvo, a ATI adota estratégias metodológicas diferenciadas:

- Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)
 - Respeito aos Protocolos de Consulta e às formas próprias de organização
 - Adequação de linguagem, tempo e formato dos encontros
 - Conhecimento do Decreto 6040/2007, o qual institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) no Brasil.
 - Realização de atividades nos territórios e em formatos culturalmente apropriados
 - Garantia de participação nos Setores e Conselhos
- Familiares de Vítimas Fatais
 - Metodologia sensível e acolhedora, considerando aspectos psicossociais
 - Espaços específicos de escuta qualificada
 - Ritmo e formato adaptados às condições de participação
 - Apoio à construção de pautas específicas dentro da governança
- Comunidades em geral e demais atingidos
 - Atividades coletivas de mobilização e formação
 - Apoio à organização comunitária e fortalecimento das Comissões
 - Preparação para atuação nos Conselhos e demais instâncias

5.2. Atuação no Território e Espaços Participativos

A atuação territorial da ATI organiza-se por meio de espaços participativos estruturados, definidos como ambientes coletivos de mobilização, formação, escuta e deliberação. Esses espaços são planejados de forma diferenciada, considerando o público-alvo específico, os objetivos de cada etapa e as instâncias de governança às quais se vinculam, garantindo coerência metodológica e efetividade da participação.

Os espaços participativos são orientados pelos princípios de inclusão, equidade, transparência e

participação informada, assegurando que todos os segmentos tenham acesso qualificado às informações e possam incidir nos processos decisórios.

Distinção entre Espaços Participativos, Público-Alvo e Objetivos

A metodologia estabelece a seguinte correspondência:

1. Espaços comunitários territoriais (reuniões abertas, encontros comunitários)

- Público-alvo: indivíduos, famílias e comunidades atingidas
- Objetivo: mobilização, disseminação de informações, escuta inicial e levantamento de demandas
- Função na governança: alimentar as Comissões e instâncias locais com demandas do território

2. Espaços com Comissões e lideranças locais

- Público-alvo: representantes comunitários e lideranças
- Objetivo: organização das demandas, priorização de pautas, articulação territorial e preparação para incidência nas instâncias de governança
- Função na governança: estruturar a base de representação e indicar membros para Conselhos e Setores

3. Espaços com Conselhos Locais

- Público-alvo: conselheiros(as) locais
- Objetivo: formação para atuação qualificada, apoio à deliberação, definição de diretrizes de projetos e acompanhamento das ações
- Função na governança: instância formal de decisão no nível local

4. Espaços com Conselhos Regionais

- Público-alvo: conselheiros(as) regionais
- Objetivo: qualificação técnica para análise de propostas, articulação entre territórios e deliberação de projetos de médio porte
- Função na governança: consolidação regional das demandas

5. Espaços específicos para grupos vulnerabilizados (Setores Locais e Regionais)

- Público-alvo:
 - Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)
 - Familiares de vítimas fatais
 - População da zona quente
- Objetivo:
 - garantir escuta qualificada e segura
 - construir pautas específicas
 - promover incidência nos espaços formais de governança
- Metodologia diferenciada:
 - respeito aos protocolos próprios (PCTs)
 - abordagem sensível e acolhedora (familiares de vítimas)
 - adequação de linguagem, tempo e formato
- Função na governança: garantir representatividade e inclusão qualificada

6. Espaços inter-regionais (quando aplicável)

- Público-alvo: representantes indicados pelos Conselhos e Setores
- Objetivo: articulação entre regiões, construção de estratégias comuns e deliberação de pautas estruturantes
- Função na governança: consolidação inter-regional das decisões

Síntese da Lógica Metodológica

A organização dos espaços participativos segue um fluxo estruturado:

- Território (comunidades) → mobilização e escuta
- Comissões → organização e priorização das demandas
- Conselhos e Setores → deliberação e incidência

Essa estrutura assegura que cada espaço participativo esteja diretamente vinculado a um público específico e a um objetivo claro, superando a sobreposição de funções e garantindo coerência entre metodologia, público-alvo e governança.

Características Gerais dos Espaços Participativos

- Foco nos interesses coletivos das pessoas atingidas
- Metodologias baseadas na educação popular
- Linguagem acessível e adequada a cada público
- Processos transparentes e comunicados de forma clara
- Promoção da autonomia e do protagonismo comunitário

Quadro 1- Categoria de espaços participativos com pessoas atingidas

Categoria de Atividade	Metodologia	Escala da Atividade	Objetivo	Estimativa de Público	Público Alcançado
ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO	Articulação para engajamento nas atividades do plano de trabalho, com esclarecimento de informações, acompanhamento das ações e fortalecimento de vínculos. O contato pode ocorrer por diferentes meios — presencial, telefônico ou digital — de forma remota ou direta.	Individual e familiar	Promover o envolvimento das pessoas no processo de reparação por meio de comunicação contínua, garantindo acesso à informação, apoio no esclarecimento de questões e fortalecimento das relações ao longo do acompanhamento	5000	Indivíduos, famílias, comunidades, Comissões, Instâncias Regionais, Conselhos Locais e Regionais, Setores PCT's, Zona Quente e FVFs
ATIVIDADES DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	Desenvolvimento de ações educativas voltadas à ampliação da compreensão das pessoas atingidas sobre seus direitos, o processo de reparação e os espaços de participação. As atividades serão conduzidas de forma acessível e participativa, considerando os diferentes contextos e realidades, com estímulo ao diálogo, à reflexão crítica e à construção coletiva.	Coletiva	Ampliar a capacidade de compreensão e atuação das pessoas atingidas, promovendo participação informada, qualificada e autônoma nos processos relacionados à reparação.	5000	Indivíduos, famílias, comunidades, Comissões, Instâncias Regionais, Conselhos Locais e Regionais, Setores PCT's, Zona Quente e FVFs
ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	Elaboração de documentários voltados ao registro histórico e à promoção de direitos, aliada à produção de conteúdos informativos para mobilização social. As ações envolvem apuração, entrevistas e desenvolvimento de materiais em diferentes formatos (texto, imagem e vídeo), distribuídos em múltiplos canais, como redes sociais, rádio, web e impresso.	Individual e familiar ou Coletiva	Fortalecer a visibilidade das realidades locais por meio da circulação de materiais, inclusive em formatos offline, articulada à valorização das vozes das pessoas atingidas. As ações buscam ampliar o acesso à informação e incentivar o protagonismo na construção e difusão de suas próprias perspectivas.	5000	Indivíduos, famílias, comunidades, Comissões, Instâncias Regionais, Conselhos Locais e Regionais, Setores PCT's, Zona Quente e FVFs
ATIVIDADES DE ENGAJAMENTO	Articulação direta com lideranças e referências do território por meio de visitas em campo, voltadas à escuta qualificada e ao incentivo à atuação ativa na reparação. As ações contemplam apoio à mobilização em temas sensíveis, além da identificação de dúvidas, conflitos e caminhos para ampliar a participação nas iniciativas da ATI.	Coletiva	A partir de processos de mobilização territorial, promover maior adesão às ações da ATI e EG, fortalecendo o protagonismo de lideranças e referências locais por meio de escuta qualificada e incentivo à participação ativa.	De 250 a 500	Comunidades, comissões, Instâncias Regionais, conselhos locais e regionais, setores, Setores PCT's, Zona Quente e FVFs
REUNIÃO DE COMISSÃO	Realização de reuniões — presenciais ou virtuais — com as Comissões de Pessoas Atingidas, instâncias locais do Sistema de Participação, com caráter deliberativo. Esses espaços viabilizam a construção de posicionamentos, a organização de demandas e a tomada de decisões sobre a reparação, além de exercerem função estratégica na articulação territorial e na escuta qualificada das necessidades.	Coletiva	Viabilizar processos decisórios coletivos e reconhecidos no âmbito da reparação, utilizando as comissões como espaços deliberativos locais, ao mesmo tempo em que se consolida a organização nos territórios.	De 150 a 300	Comissões
REUNIÃO DE CONSELHO LOCAL / SETOR	Reuniões com os Conselhos Locais — em formato presencial ou virtual — voltadas à deliberação sobre pautas do Anexo I.1 e à definição de diretrizes coletivas. Incluem a indicação de representantes para instâncias regionais, a mobilização comunitária e a organização de setores específicos para grupos vulnerabilizados (PCTs).	Coletiva	Assegurar processos decisórios nos Conselhos e Setores Locais no âmbito do Anexo I.1, com foco em deliberações alinhadas às demandas comunitárias e na representação qualificada dos territórios.	De 120 a 300	Conselhos Locais, Setores Locais: PCT's, Zona Quente e FVFs
REUNIÃO DE CONSELHO REGIONAL / SETOR	Encontros com os Conselhos Regionais — em formato presencial ou remoto — destinados à análise e decisão sobre questões estratégicas, promovendo a integração de diretrizes que afetam diversos territórios no âmbito do Anexo I.1.	Coletiva	No âmbito do Anexo I.1, consolidar a função deliberativa dos Conselhos Regionais, articulando sua atuação com os Conselhos Locais e orientando a definição de diretrizes para a reparação em escala regional.	De 40 a 120	Conselhos Regionais, Setores Regionais
REUNIÃO INSTÂNCIA REGIONAL	Reuniões da Instância Regional do Sistema de Participação — em formatos presencial, virtual ou híbrido — com função deliberativa e de representação das Comissões. Atuam na articulação regional e na definição de posicionamentos, incluindo encontros ordinários, extraordinários e o Encontro Regional.	Coletiva	Fortalecer a atuação integrada dos Conselhos Locais e a representação regional das pessoas atingidas, viabilizando decisões coletivas e a construção de diretrizes comuns para a reparação.	De 15 a 40	Instâncias Regionais
ATIVIDADES EXTERNAS	Atuação em atividades externas — presenciais ou remotas — oferecendo apoio técnico às pessoas atingidas em eventos promovidos por outras instituições, que não o IBGP.	Coletiva	Promover suporte técnico para fortalecer a participação qualificada das pessoas atingidas em ambientes e espaços externos.	De 400 a 1000	Comissões, Instância Regional, Conselhos Locais e Regionais, Setores PCT's, Zona Quente e FVFs
IBGP BRUMADINHO	Constitui-se como mais um espaço participativo, funcionando como ponto de apoio às pessoas atingidas. Oferece suporte e acompanhamento da equipe em atividades externas, além de atuar como canal de acesso à informação, esclarecimento de dúvidas e encaminhamentos.	Individual e familiar ou Coletiva	Garantir um ponto de apoio participativo para acesso à informação, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento das atividades externas.	5000	Indivíduos, famílias, comunidades, Comissões, Instâncias Regionais, Conselhos Locais e Regionais, Setores PCT's, Zona Quente e FVFs

Fonte: Própria

Essa organização assegura a conexão entre as ações de mobilização, comunicação, engajamento e participação social e os espaços participativos já definidos, como encontros comunitários, reuniões preparatórias, comissões e instâncias de governança. Dessa forma, o quadro demonstra como as estratégias metodológicas se desdobram em ações concretas no território, garantindo coerência, integração e participação qualificada das pessoas atingidas ao longo da execução do plano de trabalho.

Dada a diversidade de públicos e contextos socioterritoriais, são adotadas abordagens específicas para cada grupo, respeitando protocolos próprios e garantindo participação legítima e qualificada.

Dessa forma, a metodologia adotada assegura que a participação das pessoas atingidas seja contínua, informada e qualificada, promovendo seu protagonismo nos processos decisórios e no acompanhamento das ações, respeitando os ritmos e protocolos de cada comunidade.”

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O plano de trabalho possui duração prevista de 18 meses, datado em 06/03/2026 e término em 06/09/2027, conforme estabelecido no termo de compromisso firmado em 06/03/2026.

Embora o Termo de Cooperação tenha sido assinado em 06 de março de 2026, com vigência total de 18 meses, para fins de execução física das atividades, cumprimento de metas e planejamento operacional considera-se como marco inicial o mês de maio de 2026, correspondente ao início efetivo da execução após a homologação do Plano de Trabalho.

O processo de desmobilização será iniciado a partir do 16º mês de execução (junho de 2027), intensificando-se progressivamente até o encerramento da vigência do projeto, 18º mês – Agosto/27, de forma a assegurar a consolidação das entregas, a organização administrativa e o cumprimento das obrigações legais sem prejuízo às atividades finalísticas.

O cronograma de execução apresenta, de forma sistematizada, o conjunto de atividades a serem desenvolvidas pela ATI no âmbito do anexo I.1, contemplando todos os eixos previstos. As atividades estão organizadas com base nos segmentos de atuação da ATI, garantindo coerência entre planejamento e execução.

Para cada atividade principal, o cronograma explicita as etapas metodológicas correspondentes, ou seja, as ações concretas necessárias para sua realização, bem como os prazos definidos para a entrega dos produtos que comprovam sua execução.

Quadro 2 - Cronograma Metas Atividades

ID Atividade	Segmentos de Atuação da ATI	Etapas Metodológicas	Responsável	Prazo do Termo de Compromisso	Produtos	Categoria de Espaços Participativos	Público Alvo	Número de Espaços Participativos estimados
1	Formação de pessoal para proposição de projetos - 1ª e 2ª onda							
A1.1	Formação de pessoas ¹	Divulgação de formações através das mídias sociais e impressas para mobilização das pessoas atingidas;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	31/08/2026 e 30/12/2026	Lista de Presença e Certificações	Atividades de Mobilização, Atividade de Formação e capacitação.	Indivíduos, famílias, comunidades atingidas - Sistema de Participação	13
A1.2	Formação de pessoas ¹	Formação presencial e à distância;						
A1.3	Formação de pessoas ¹	Roda de Conversa em Podcast						
2	Formação de pessoal para escrita de projetos e execução de projetos							
A2.1	Formação de pessoas ²	Divulgação de formações através das mídias sociais e impressas para mobilização das pessoas atingidas;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	31/08/2026 e 30/12/2026	Lista de Presença e Certificações	Atividades de Mobilização, Atividade de Formação e capacitação.	Indivíduos, famílias, comunidades atingidas - Sistema de Participação	3
A2.2	Formação de pessoas ²	Formação presencial e à distância;						
A2.3	Formação de pessoas ²	Roda de Conversa em Podcast						
3	Material sintetizado R1 evidenciando a evolução do Anexo I.1							
A3.1	Comunicação Participativa ¹	Produção de material físico (impresso) e visual;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	30/06/2026, 31/12/2026 e 30/05/2027	Material informativo e didático	Atividades de Comunicação e Divulgação	Indivíduos, famílias, comunidades atingidas, Comissões-Sistema de Participação	9
A3.2	Comunicação Participativa ¹	Distribuição do material impresso e virtual;						
A3.3	Comunicação Participativa ¹	Apresentação presencial a respeito do material produzido.						

ID Atividade	Segmentos de Atuação da ATI	Etapas Metodológicas	Responsável	Prazo do Termo de Compromisso	Produtos	Categoria de Espaços Participativos	Público Alvo	Número de Espaços Participativos estimados
4	Logística para espaço participativo junto à Entidade Gestora (EG)							
A4.1	Suporte Operacional ¹	Mapeamento/identificação dos Conselheiros;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	mensal	Lista de Presença	Atividades Externas	Conselhos locais e regionais - Governança	12
A4.2	Suporte Operacional ¹	Providenciar logística operacional que viabilizará a participação dos Conselheiros nos Espaços Participativos.						
5	Estrutura Conselhos e Regramento							
A5.1	Comunicação Participativa ²	Levantamento da composição atual dos conselhos via regimentos constituídos;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	31/07/26 e 31/12/26	Lista de Presença	Reuniões c/Conselhos Locais/Setores e Reuniões com Conselhos Regionais/Setores	Conselhos locais, regionais e setores - Governança	6
A5.2	Comunicação Participativa ²	Apresentação aos Conselhos Locais e Regionais, via encontros presenciais e virtuais.						
6	Convite para Conselheiros de familiares de vítima fatais para participação de processos decisórios							
A6.1	Apoio Técnico à Executora ¹	Mapeamento dos Conselheiros	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	30/06/2026 e 31/12/2026	Lista de presença dos espaços decisórios	Reuniões com Setores - Atividades de Mobilização	FVFs - Sistema de Participação	36
A6.2	Apoio Técnico à Executora ¹	Convite aos Conselheiros						
A6.3	Apoio Técnico à Executora ¹	Encontros presenciais para diálogo sobre processos decisórios;						
A6.4	Apoio Técnico à Executora ¹	Entrega de relatório;						

ID Atividade	Segmentos de Atuação da ATI	Etapas Metodológicas	Responsável	Prazo do Termo de Compromisso	Produtos	Categoria de Espaços Participativos	Público Alvo	Número de Espaços Participativos estimados
7	Envolvimento atingidos em processos decisórios							
A7.1	Apoio Técnico à Executora ²	Definição conjunta com EG da metodologia e espaços participativos, fornecendo lista preliminar de projetos e documentos;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	10 dias após o ciclo da EG	Lista de presença dos espaços decisórios	Reuniões com Conselho Locais/Setores	Indivíduos, comunidades, comissões, conselheiros locais, PCTs - Sistema de Participação e governança	20
A7.2	Apoio Técnico à Executora ²	Realização de espaços participativos preparatórios e formativos com as pessoas atingidas para levantamento de dúvidas e definição dos participantes das formações da EG;						
A7.3	Apoio Técnico à Executora ²	Mobilização das pessoas atingidas para participação nos espaços participativos da EG;						
A7.4	Apoio Técnico à Executora ²	Suporte operacional às pessoas atingidas na participação dos espaços participativos da EG;						
A7.5	Apoio Técnico à Executora ²	Realização de espaços participativos e multiplicadores e formativos para apoio aos conselheiros;						
A7.6	Apoio Técnico à Executora ²	Realização de espaços preparativos e formativos com os PCTs para levantamento de dúvidas.						
A7.7	Apoio Técnico à Executora ²	Mobilização dos Pcts para participação nos espaços participativos da EG;						
A7.8	Apoio Técnico à Executora ²	Suporte operacional aos PCTs na participação dos espaços participativos da EG;						
A7.9	Apoio Técnico à Executora ²	Realizar espaços multiplicadores com os PCTs para apoiar os conselheiros						
A7.10	Apoio Técnico à Executora ²	Divulgação de materiais de comunicação sobre os espaços participativos da EG.						

ID Atividade	Segmentos de Atuação da ATI	Etapas Metodológicas	Responsável	Prazo do Termo de Compromisso	Produtos	Categoria de Espaços Participativos	Público Alvo	Número de Espaços Participativos estimados
8	Revisão do diagnóstico danos coletivos e comunitários							
A8.1	Apoio Técnico à Executora³	Reunião com EG e Camf para alinhamento das informações;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Sob demanda	Diagnóstico de danos atualizado	Atividades de Mobilização, Atividades de Engajamento, Reuniões com Conselhos Locais e Regionais / Setores	Indivíduos, comunidades, comissões, conselheiros locais e regionais - Sistema de Participação e governança	N/A
A8.2	Apoio Técnico à Executora³	Revisão dos formulários;						
A8.3	Apoio Técnico à Executora³	Reuniões presenciais e online com conselhos locais para apresentação do documento;						
A8.4	Apoio Técnico à Executora³	Entrega de relatório						
9	Sugestões de projetos							
A9.1	Comunicação Participativa³	Levantamento dos projetos sugeridos pelos atingidos;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	30/09/2026 e 30/04/2027	Lista Preliminar de Projetos	Atividades de Comunicação e Divulgação	Indivíduos, famílias, comunidades - Sistema de Participação	N/A
A9.2	Comunicação Participativa³	Listagem de projetos;						
10	Formação crédito, microcrédito e finanças solidários, banco comunitário e fundo rotativo							
A10.1	Formação de Pessoas³	Divulgação de formações através das mídias sociais e impressas;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	31/07/2026 e 30/10/2026	Lista Preliminar de Projetos	Atividades de Mobilização, Reuniões com Conselhos regionais	Comunidades, comissões e conselhos regionais - Sistema de Participação e	6
A10.2	Formação de Pessoas³	Formação presencial e à distância,sendo no mínimo 03 encontros presenciais						
11	Formações com pessoas atingidas: governança							
A11.1	Formação de Pessoas4	Divulgação de formações através das mídias sociais e impressas;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	31/8/26	Lista de Presença com Certificações	Atividades de Mobilização, Reuniões c/Conselhos Locais/Setores e Reuniões com Conselhos	Conselhos locais, regionais e setores - Governança	3
A11.2	Formação de Pessoas4	Formação presencial e à distância,sendo no mínimo 02 encontros presenciais						

ID Atividade	Segmentos de Atuação da ATI	Etapas Metodológicas	Responsável	Prazo do Termo de Cooperação	Produtos	Categoria de Espaços Participativos		Número de Espaços Participativos
12	Envolvimento atingidos fase preparatória - plano participativo							
A12.1	Formação de Pessoas5	Divulgação de formações através das mídias sociais e impresas para mobilização das pessoas;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	10 dias após o ciclo da EG	Lista de Presença dos espaços decisórios	Atividades de Mobilização, Reuniões c/Conselhos Locais/Setores e Reuniões com Conselhos Regionais/Setores	Indivíduos, comunidaddes, comissões, conselhos locais e regionais - Sistema de Participação e governança	3
A12.2	Formação de Pessoas5	Produção de material informativo - impresso e virtual;						
A12.3	Formação de Pessoas5	Reuniões presenciais e online para diálogo e preparação das pessoas atingidas.						
13	Divulgação processos seletivos e editais - Entidade Gestora							
A13.1	Comunicação Participativa4	Mapeamento dos editais;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	01 dia após a publicação da EG	Lista de materiais de divulgaçã	Atividades de Comunicação e Divulgação	Indivíduos, comunidades, comissões - Sistema de Participação	N/A
A13.2	Comunicação Participativa4	Produção de material informativo impresso e virtual;						
A13.3	Comunicação Participativa4	Divulgação dos editais						
14	Divulgação para decisão sobre projetos locais, regionais e PCTs							
A14.1	Comunicação Participativa5	Produção de material informativo impresso e virtual;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	10 dias antes do espaço decisório	Lista de materiais de divulgação	Atividades de Comunicação e Divulgação	Indivíduos, comunidades, PCTs ´s, Conselhos - Sistema de Participação e Governança	1
A14.2	Comunicação Participativa5	Divulgação virtual e distribuição impressa dos informativos produzidos						

ID Atividade	Segmentos de Atuação da ATI	Etapas Metodológicas	Responsável	Prazo do Termo de Cooperação	Produtos	Categoria de Espaços Participativos		Número de Espaços Participativos estimados
15	Prestação de Contas físico-financeira							
A15.1	Comunicação Participativa6	Elaboração da prestação de contas;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Até 60 dias após o encerramento do trimestre	Relatório Trimestralde PC	Atividades de Comunicação e Divulgação, Reunião Instância Regional	Instância Regional e Comissões - Sistema de Participação e Governança	3
A15.2	Comunicação Participativa6	Diponibilização do material no site da ATI;						
A15.3	Comunicação Participativa6	Apresentação da PC a membros da Instância Regional;						
15	Reuniões para Subsídio da manifestação Técnica							
A16.1	Comunicação Participativa6	Confirmar com EG datas das reuniões e logística necessária	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	ago/26	Lista de Presença	Atividades de Comunicação e Divulgação, Reunião Instância Regional	Indivíduos, comunidades, comissões, conselhos locais e regionais - Sistema de Participação e governança	2
A16.2	Comunicação Participativa6	Convite formalizado aos atingidos						
A16.3	Comunicação Participativa6	Elaboração de relatório sobre informação e participação daspessoas						
16	Gestão							
A17.1	Gestão do Projeto	Realizar a gestão do departamento pessoal e recursos humanos;	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	set/27	Relatório Trimestral de PC	Atividades de Comunicação e Divulgação, Reunião Instância Regional	Equipe Técnica da ATI- Não se aplica à Sistema de Participação e/ou Governança	18
A17.2	Gestão do Projeto	Realizar a gestão administrativa;						
A17.3	Gestão do Projeto	Realizar o acompanhamentodas atividades finalísticas;						
A17.4	Gestão do Projeto	Realizar a gestão financeira e prestação de contas;						
A17.5	Gestão do Projeto	Realizar a gestão das atividades de comunicação do projeto.						

7. MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A condução das ações previstas neste Plano de Trabalho pelo IBGP baseia-se na adoção de práticas que assegurem clareza, rastreabilidade e responsabilidade na execução. Isso envolve não apenas a organização das atividades, mas também a disponibilização de informações que permitam acompanhar, de forma acessível, como os recursos são utilizados e quais resultados vêm sendo alcançados ao longo do processo.

Nesse sentido, o acompanhamento das ações não se limita a registros pontuais, sendo estruturado como um fluxo contínuo de produção e análise de informações. Esse processo permite observar o desenvolvimento das atividades em diferentes dimensões, incluindo aspectos operacionais, cumprimento de etapas previstas, alcance das ações junto ao público e compatibilidade entre planejamento e execução orçamentária.

Para sustentar esse processo, são mobilizados diferentes instrumentos de acompanhamento, que permitem:

- reunir evidências sobre as ações realizadas nos territórios e junto às pessoas atingidas, a partir de registros sistemáticos;
- verificar a aderência das atividades ao planejamento estabelecido, considerando prazos, etapas e produtos definidos;
- acompanhar a movimentação e aplicação dos recursos, garantindo consistência entre o previsto e o executado.

A sistematização dessas informações se materializa no processo de prestação de contas, compreendido não apenas como uma exigência formal, mas como um mecanismo de transparência ativa. Por meio dele, torna-se possível compartilhar resultados, explicitar caminhos percorridos e criar condições para que os diferentes envolvidos, especialmente as pessoas atingidas, possam compreender, avaliar e dialogar sobre a execução das ações.

Em consonância com o de termo de compromisso, a prestação de contas será realizada por meio de relatórios em bases mensal e trimestral, organizados de forma complementar. Os relatórios trimestrais concentram a consolidação das informações, integrando os aspectos técnicos e financeiros e oferecendo uma visão abrangente da execução das ações. Já os registros mensais cumprem a função de acompanhamento sistemático, subsidiando o monitoramento contínuo das atividades e contribuindo para a organização e qualificação das informações ao longo do desenvolvimento do Plano de Trabalho.

7.1. Comprovação dos Resultados das Ações

No contexto deste Plano de Trabalho, a demonstração da execução das atividades ocorre por meio dos resultados concretos gerados a partir de cada ação planejada. Cada atividade está vinculada a um resultado esperado e a um respectivo produto, que funciona como evidência objetiva de sua realização.

Dessa forma, os materiais, registros e documentos produzidos ao longo da execução constituem os elementos centrais para demonstrar o cumprimento das ações, permitindo verificar, de maneira objetiva, o alcance das metas estabelecidas.

As definições de metas e entregas foram previamente estabelecidas pelas Instituições de Justiça, por meio de notificação encaminhada ao IBGP. Contudo, a análise técnica desse conjunto indicou situações em que determinadas atribuições extrapolam o escopo de atuação da ATI, especialmente quando vinculadas a resultados que dependem diretamente da atuação da Entidade Gestora.

Nesses casos, reconhece-se que a efetivação de parte das metas está condicionada a etapas que não se encontram sob gestão direta da ATI, o que demanda uma leitura cuidadosa na sua operacionalização e no acompanhamento dos resultados.

Para dar visibilidade a esses elementos, será apresentado quadro síntese contendo a descrição das atividades, os resultados esperados, os produtos correspondentes, os prazos definidos e os principais fatores que podem interferir na execução. Entre esses fatores, destacam-se aqueles relacionados à dependência de ações externas, que podem impactar tanto o cronograma quanto a entrega dos resultados previstos.

Quadro 3 – Monitoramento e Prestação de Contas

ID identificador	ID Atividade	Nome Identificador	Nome Indicador	Meta	Fonte de Dados Primária	Descrição (O que mede?)	Equipe Responsável	Produtos Entregáveis	Temporalidade	Fatores de Risco
PC.1	A1.1 A1.2 A1.3	Formação de pessoas ¹	Número de pessoas atingidas certificadas em formações sobre proposição de projetos	1) Formações concluídas com as pessoas atingidas: I) proposição de projetos - 3.211 pessoas da R1 certificadas no treinamento (proporção entre as regiões do PTR) - com fase preparatória para 1ª e 2ª Ondas de decisões sobre projetos.	Listas de presença assinadas; certificados emitidos; relatórios técnicos de formação; registros fotográficos.	Quantitativo de formações concluídas	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Lista de Presença e Certificações	Ago/26 e Dez/26	Baixa adesão do público às atividades formativas; Limitações de acesso digital para participação à distância;
PC.2	A2.1 A2.2 A2.3	Formação de pessoas ²	Número de pessoas atingidas certificadas em formações sobre escrita e execução de projetos	2) Formações concluídas com as pessoas atingidas: II) escrita de projetos e execução de projetos - 322 pessoas da R1 certificadas no treinamento (proporção entre as regiões do PTR) - 1ª e 2ª Onda.	Listas de presença assinadas; certificados emitidos; relatórios técnicos de formação; registros fotográficos.	Quantitativo de formações concluídas	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Lista de Presença e Certificações	Ago/26 e Dez/26	Baixa adesão do público às atividades formativas; Limitações de acesso digital para participação à distância;
PC.3	A3.1 A3.2 A3.3	Comunicação Participativa ¹	Quantidade de materiais informativos produzidos e disponibilizados com apresentação realizada	3) Material informativo e didático, com a síntese da região para a população atingida, sobre a evolução do Anexo I.1, disponível inclusive em formato virtual e também com apresentação presencial realizada.	Registros de produção; arquivos digitais; materiais publicados; registros de distribuição; relatórios de comunicação.	capacidade de produção de materiais e disponibilizar a informação qualificada de forma acessível às pessoas atingidas.	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Material informativo e didático	Junho/26, Dez/26 e Maio/27	Intercorrências na produção e distribuição dos materiais; Desafios na compreensão e apropriação dos conteúdos pelo público;
PC.4	A4.1 A4.2	Suporte Operacional ¹	Percentual de conselheiros com suporte de transporte e hospedagem garantido	4) 80% dos conselheiros , da região, com transporte e hospedagem, se necessário, disponibilizados para participação nos espaços participativos da EG (Considerando a divisão logística da EG).	Listas de presença assinadas; registros logísticos (transporte e hospedagem); relatórios operacionais.	Mede a capacidade de viabilizar a participação nos espaços participativos, por meio da organização e do suporte operacional necessário.	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Lista de Presença de todos os eventos	mensal	Intercorrências logísticas e operacionais, associadas a possíveis oscilações de interesse e participação nos espaços previstos

Quadro 3 – Monitoramento e Prestação de contas

ID identificador	ID Atividade	Nome Identificador	Nome Indicador	Meta	Fonte de Dados Primária	Descrição (O que mede?)	Equipe Responsável	Produtos Entregáveis	Temporalidade	Fatores de Risco
PC.5	A5.1 A5.2	Comunicação Participativa ²	Documento estruturado dos conselhos locais e regionais elaborado e compartilhado	5) Documento apresentando a estrutura com os conselhos locais e regionais e seu regramento inicial.	Documento validado; atas de reunião; registros de apresentação e divulgação.	A organização e compartilhamento de informações com os conselhos, garantindo alinhamento e transparência.	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Listagem dos participantes eleitos nos conselhos locais, regionais e setores	Julho/26 e Dez/26	Baixa adesão e dificuldades de alinhamento com os conselhos
PC-6	A6.1 A6.2 A6.3 A6.4 A6.5	Apoio Técnico á Executora	Percentual de Conselheiros de familiares de vítimas fatais convidados e participantes nos processos decisórios	Meta6) Convide para 100% dos conselheiros dos familiares de vítimas fatais com metodologia construída junto aos familiares para no Mínimo 4 processos decisórios (2ª onda, crédito e microcrédito, assembléia final e monitoramento. Deverá ser entregue um relato dos encaminhamentos contendo lista de presença	Lista de presenças assinadas, registros de convocação, atas de reuniões, relatórios de mobilização	Mobilização e participação das famílias nos espaços de diálogo	Equipe de campo e equipe de apoio	Lista de presença dos espaços decisórios	junho/26 a dezembro/26	Baixa adesão e dificuldades de mobilização
PC-7	A7.1 A7.2 A7.3 A7.4 A7.5 A7.6 A7.7 A7.8 A7.9 A7.10	Apoio Técnico á Executora	Número de pessoas atingidas envolvidas em cada proceso decisório	atingidas, incluindo fase preparatória e devolutiva, a cada processo decisório - 1 priorização dos danos (inauguração dos conselhos. 2 1º onda /crédito e microcrédito 3. 2º onda credito e microcrédito, 4 - monitoramento	Lista de presenças assinadas, registros de convocação, atas de reuniões, relatórios de mobilização	Preparação e apoio à participação qualificada nos espaços participativos	Equipe de campo e equipe de apoio	Lista de presença dos espaços decisórios	10 dias após ciclo espaço decisório da EG	Baixa participação e dificuldades de compreensão dos conteúdos
PC.8	A8.1 A8.2 A8.3 A8.4	Apoio Técnico á Executora ³	Revisão do diagnóstico de danos coletivos atualizado e validado pelos conselhos locais	META 8) REvisão do diagnóstico de danos coletivos /comunitários (formulário) da região, validado com os conselhos locais.	Formulários de diagnóstico; atas de validação; relatórios técnicos.	Organização e atualização das informações e dados	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Diagnóstico de danos atualizado	Sob demanda	Inconsistências ou desatualização das informações
PC.9	A9.1 A9.2	Comunicação Participativa ³	Lista preliminar de projetos elaborada a partir dos espaços participativos	META 9) Lista preliminar de projetos sugeridos pelas pessoas atingidas surgidos nas discussões dos espaços de participação - MÍNIMO 1 lista por região.	Documento da lista de projetos; atas de reunião; registros participativos.	Levantamento e organização das propostas das pessoas atingidas	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Lista Preliminar de Projetos	Set/26 e Abril/27	Baixa participação e dificuldades na sistematização
PC.10	A10.1 A10.2	Formação de Pessoas ³	Número de encontros formativos realizados sobre crédito e microcrédito com participação mínima dos conselhos	10) Formações concluídas com as pessoas atingidas: crédito e microcrédito, focada em finanças solidárias, banco comunitário e fundo rotativo - 2 encontros coletivos na região - MÍNIMO de participação de 80% dos conselhos locais	Listas de presença assinadas; relatórios de formação; registros fotográficos.	Realização de ações formativas	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Lista Preliminar de Projetos	Julho/26 e Out/26	Baixa adesão das pessoas

Quadro 3 – Monitoramento e Prestação de Contas

ID identificador	ID Atividade	Nome Identificador	Nome Indicador	Meta	Fonte de Dados Primária	Descrição (O que mede?)	Equipe Responsável	Produtos Entregáveis	Temporalidade	Fatores de Risco
PC.11	A11.1 A11.2	Formação de Pessoas ⁴	Número de pessoas certificadas em formação sobre governança	11) Formações concluídas com as pessoas atingidas: governança - 161 pessoas da R1 certificadas no treinamento (proporção entre as regiões do PTR).	Listas de presença assinadas; certificados emitidos; relatórios de formação.	Continuidade das ações formativas	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Lista de Presença com Certificações	ago/26	Participação irregular nas atividades
PC.12	A12.1 A12.2 A12.3 A12.4	Formação de Pessoas ⁵	Número de pessoas atingidas envolvidas na construção do plano participativo	12) Envolvimento das pessoas atingidas, inclusa fase preparatória, para contribuições ao plano participativo - - MÍNIMO de 352 pessoas da R1 envolvidas no processo decisório (cada conselheiro envolve no mínimo 3 pessoas). Deverá ser entregue um relato dos encaminhamentos contendo lista de presença	Listas de presença assinadas; atas; relatórios de participação.	Preparação e engajamento para participação nos espaços	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Lista de Presença dos espaços decisórios	10 dias após ciclo espaço decisório da EG	Baixo engajamento e dificuldades de mobilização
PC.13	A13.1 A13.2 A13.3	Comunicação Participativa ⁴	Número de ações de divulgação de editais e processos seletivos realizadas	13) Divulgação dos processos seletivos e editais para a população em todos os canais de comunicação das ATIs.	Registros de comunicação (posts, materiais, prints); relatórios de divulgação.	Divulgação de informações (editais)	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Lista de materiais de divulgação	01 dia após a publicação da EG	Baixo alcance e compreensão das informações
PC.14	A14.1 A14.2	Comunicação Participativa ⁵	Quantidade de materiais informativos distribuídos às pessoas atingidas	14) Entrega/divulgação para as pessoas atingidas de material impresso e digital e outras mídias para auxiliá-las na decisão sobre projetos locais, regionais e PCTs.	Registros de entrega; listas de distribuição; materiais produzidos.	Distribuição de materiais informativos	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Lista de materiais de divulgação	10 dias antes do espaço decisório	Limitações no alcance e acesso aos materiais

Quadro 3 – Monitoramento e Prestação de Contas

ID identificador	ID Atividade	Nome Identificador	Nome Indicador	Meta	Fonte de Dados Primária	Descrição (O que mede?)	Equipe Responsável	Produtos Entregáveis	Temporalidade	Fatores de Risco
PC.15	A15.1 A15.2 A15.3	Comunicação Participativa ⁶	Número de prestações de contas realizadas com participação mínima dos conselhos	15) Apresentar prestação de contas físico-financeira da atuação do trabalho das ATIs, considerando padrão mínimo de informações definido pela auditoria, em linguagem simples. Participação MÍNIMA superior a 50% dos membros da Instância Regional nas reuniões, PREFERENCIALMENTE presenciais, ocorridas nos espaços participativos	Atas das reuniões; listas de presença; relatórios financeiros.	Transparência e Prestação de Contas	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Relatório Trimestral de PC	Até 60 dias após o encerramento do trimestre	Baixa participação e dificuldade de compreensão
PC.16	A16.1 A16.2 A16.3	Comunicação Participativa ⁶	Número de reuniões realizadas	Organizar reuniões para subsídio da manifestação técnica da EG sobre divisão de recursos - ao menos uma reunião por região	Atas das reuniões; listas de presença	Mobilização e participação das famílias nos espaços de diálogo	Equipe de Campo e Equipe de Apoio	Lista de presença nos espaços decisórios	jun/26	Baixa participação e dificuldade de compreensão dos conteúdos



7.2 Prestação de Contas Financeira

No âmbito do Plano de Trabalho do anexo I.1, a prestação de contas financeira será realizada em conformidade com a periodicidade definida no Termo de Compromisso, com envio de relatórios mensais parciais, finalísticos e financeiros conforme cláusula 5º item 5.1 e trimestrais conforme cláusula 3º item 3.4 do Termo de Compromisso.

Os relatórios apresentarão o detalhamento dos desembolsos realizados, acompanhados dos respectivos documentos comprobatórios, assegurando a rastreabilidade das despesas e a conformidade com os critérios estabelecidos.

Esse processo será conduzido com base nos princípios da transparência, lisura e responsabilidade institucional, visando garantir a correta aplicação dos recursos, a confiabilidade das informações financeiras e a consistência na execução das ações, assegurando segurança jurídica, transparência para as pessoas atingidas e visibilidade para a sociedade.

8. ESTRUTURA TÉCNICO OPERACIONAL DO PROJETO

8.1. Estrutura da Equipe e Frentes de Atuação

A organização da equipe foi estruturada a partir das exigências operacionais do projeto, considerando sua abrangência territorial, volume de atividades e nível de complexidade técnica. A proposta prioriza uma configuração funcional capaz de assegurar a execução qualificada das ações, contando com profissionais com experiência nas áreas estratégicas envolvidas.

Para garantir maior clareza na execução e na responsabilização das atividades, a equipe está organizada em frentes de atuação complementares, articuladas entre si e alinhadas às diretrizes metodológicas do projeto:

1. Coordenação e Gestão Estratégica

Responsável pela condução geral do projeto, tomada de decisão, articulação institucional e monitoramento dos resultados.

Composição e atribuições:

- Coordenador Geral: coordenação estratégica, interlocução com instituições de justiça e Entidade Gestora, supervisão global do projeto.
- Coordenador de Campo: coordenação das ações territoriais, acompanhamento das equipes de campo e garantia da execução metodológica.
- Coordenador Administrativo-Financeiro: gestão orçamentária, financeira e administrativa do projeto.

2. Gestão Técnica e Supervisão

Responsável pela organização das frentes temáticas, supervisão das equipes e garantia da qualidade técnica das entregas.

Supervisões estruturadas:

- Supervisor de Projetos e Comunicação: coordenação das ações de mobilização, comunicação participativa e apoio à elaboração de projetos.
- Supervisor Financeiro (Controller): controle financeiro, prestação de contas e conformidade com normas.

- Supervisor de Recursos Humanos: gestão de equipe, contratos e organização interna.
- Supervisor Jurídico: análise jurídica, apoio técnico em normativas e garantia de conformidade legal.
- Supervisor de Áreas de Apoio: logística, compras, infraestrutura e suporte operacional.
- Supervisor de TI (Redes e Suporte): suporte tecnológico, sistemas e comunicação digital.

3. Frente Territorial e Mobilização Social

Responsável pela atuação direta nos territórios, mobilização das pessoas atingidas e condução dos espaços participativos.

Composição e atribuições:

- Supervisores Territoriais: coordenação das equipes nos territórios, articulação com Comissões e acompanhamento das ações locais.
- Assessores e Agentes Técnicos:
 - mobilização comunitária
 - realização de reuniões e espaços participativos
 - apoio às Comissões e Conselhos
 - levantamento de demandas e articulação territorial
- Assessores específicos:
 - Assessor Técnico – Mobilizador Social PCTs: atuação com Povos e Comunidades Tradicionais, respeitando protocolos próprios
 - Assessor Técnico – Mobilizador Social FVFs: atuação com familiares de vítimas fatais, com abordagem específica e sensível

4. Frente Psicossocial

Responsável pelo apoio técnico especializado a públicos vulnerabilizados. Composição e atribuições:

- Assistentes Sociais: acompanhamento social, orientação e apoio às comunidades
- Psicólogos: apoio psicossocial, especialmente junto a familiares de vítimas fatais e grupos vulneráveis

5. Comunicação e Informação

Responsável pela produção e disseminação de informações acessíveis às pessoas atingidas.

Composição e atribuições:

- Analista de Comunicação: elaboração de materiais informativos, estratégias de comunicação e apoio às ações participativas

Apoio Técnico Especializado

Responsável pelo suporte técnico às atividades do projeto. Composição e

atribuições:

- Analista de Projetos: apoio na estruturação, sistematização e acompanhamento de projetos
- Técnico de TI: suporte tecnológico e gestão de sistemas

7. Gestão Administrativa, Financeira e Operacional

Responsável pelo funcionamento interno do projeto e suporte às atividades de campo. Composição e

atribuições:

- Analista de Prestação de Contas: elaboração de relatórios financeiros e acompanhamento da execução orçamentária
- Analista de Recursos Humanos: gestão de equipe e processos internos
- Assistente Administrativo de Campo e Sede: apoio administrativo às ações territoriais e do escritório
- Assistente de Compras: aquisição de materiais e serviços
- Apoio Logístico e Motoristas: transporte, organização de deslocamentos e suporte aos eventos
- Auxiliar de Serviços Gerais: apoio operacional e manutenção

8.2. Integração Operacional entre Projetos e Compartilhamento de Recursos

Considerando a atuação simultânea do IBGP nos projetos Anexo I.1 e Participação Informada, na Região 1, adotou-se um modelo integrado de funcionamento. Essa diretriz favorece o uso compartilhado de estruturas e equipes, evitando sobreposição de esforços e promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos disponíveis, os quais totalizam R\$ 7.496.024,58 destinados ao Anexo I.1 e R\$ 3.601.629,78 ao projeto de Participação Informada.

Com o objetivo de assegurar a continuidade da execução, mitigar riscos operacionais e promover maior racionalidade no uso dos recursos, o compartilhamento entre os projetos é considerado de forma criteriosa e limitada. Nesse contexto, a eventual atuação compartilhada de parte da equipe será definida conforme as demandas e a compatibilidade das atividades, contribuindo para a otimização de custos, o equilíbrio na distribuição dos esforços e a adequada execução das ações previstas.

No que se refere às despesas operacionais, prevê-se a adoção de um modelo de rateio entre os projetos, com base na proporcionalidade de uso das estruturas e serviços. Essa abordagem contribui para a otimização dos custos, evitando a duplicação de meios físicos e administrativos, além de favorecer uma gestão mais integrada e eficiente.

Adicionalmente, considera-se a possibilidade de maior articulação entre os projetos Anexo I.1 e Participação Informada, tendo em vista a convergência de prazos, diretrizes contratuais e instâncias de governança. Essa aproximação tende a favorecer o uso mais eficiente dos recursos humanos e institucionais, além de contribuir para a redução de eventuais incertezas operacionais. A alocação da equipe observa esses critérios e está detalhada na tabela a seguir.

8.3. Compartilhamento de Estrutura Física e Rateio de Despesas

Em conformidade com o disposto no item 3.4.1 da Cláusula Terceira do Termo de Compromisso firmado em 06/03/2026, que admite o rateio proporcional de despesas decorrentes do compartilhamento de estruturas físicas, administrativas e operacionais, o IBGP propõe a utilização de sua sede institucional como base para execução das atividades administrativas do projeto, mediante rateio e alocação parcial de custos.

A sede do IBGP, localizada no bairro Floresta, em Belo Horizonte, dispõe de infraestrutura plenamente instalada e funcional, incluindo salas de reunião equipadas, mobiliário, climatização, espaços de apoio, acessibilidade, rede elétrica adequada, conectividade e demais condições necessárias ao desenvolvimento das atividades. Dessa forma, a utilização desse espaço evita a necessidade de contratação de nova estrutura, o que implicaria custos adicionais com locação, aquisição de mobiliário, equipamentos, adequações físicas e operacionais, além de tempo de implantação.

Destaca-se que o bairro Floresta apresenta valor médio de locação compatível com a proposta, sendo, inclusive, inferior a outras regiões da cidade em termos de valor por metro quadrado. O valor total da locação da sede do IBGP é de R\$ 50.000,00, não estando incluídos nesse montante os custos com água, energia elétrica, IPTU e internet, que também são absorvidos pela estrutura institucional e utilizados pelo projeto. Nesse contexto, o valor de R\$ 5.000,00 corresponde apenas à fração proporcional de uso da estrutura, incluindo infraestrutura física e operacional já disponível, sendo distribuído em R\$ 3.000,00 para o Anexo I.1 e R\$ 2.000,00 para Participação Informada— referente a utilização de área total de 220,7m².

Adicionalmente, a manutenção das atividades na sede institucional favorece a eficiência operacional, ao centralizar a gestão e facilitar os processos decisórios, além de reduzir custos indiretos relacionados a deslocamentos da equipe e permitir o uso de recursos já existentes, sem necessidade de novos investimentos. Ressalta-se ainda que a infraestrutura disponível garante condições adequadas de trabalho e suporte às equipes envolvidas no projeto.

Dessa forma, a solução proposta atende aos princípios de razoabilidade, proporcionalidade, rastreabilidade e economicidade, demonstrando-se mais eficiente do que a implantação de uma nova estrutura física para atendimento exclusivo do projeto.

TABELA 01 – RATEIO RH POR PROJETO

RATEIO RH POR PROJETO		
ANEXO I.1	PART. INFORMADA	PROFISSIONAIS ALOCADOS
0%	100%	7
30%	70%	1
40%	60%	1
50%	50%	3
55%	45%	10
60%	40%	10
61%	39%	1
62%	38%	1
70%	30%	3
75%	25%	10
80%	20%	8
85%	15%	2
100%	0%	12
Total		69

No âmbito deste Plano de Trabalho, informa-se às instâncias competentes a previsão de utilização compartilhada de estruturas e equipes entre os projetos, com definição prévia de critérios de proporcionalidade na alocação de recursos. Ressalta-se que, durante a execução, será adotado mecanismos de controle e registro sistemático das atividades, como o uso de timesheets, com vistas à mensuração do tempo dedicado por cada profissional a cada projeto. Tal avaliação buscará assegurar maior precisão na apuração dos custos, transparência na utilização dos recursos e aderência aos critérios de rateio estabelecidos.

Para construção da previsão financeira, foram inicialmente definidos os gastos estimados para cada mês de execução, considerando as despesas previstas em cada período conforme a dinâmica operacional da assessoria. Assim, para cada mês, foram identificadas as rubricas e despesas previstas para ocorrência naquele período. Após a definição da previsão mensal de gastos, os valores foram distribuídos entre as metas do Plano de Trabalho conforme o peso proporcional de cada meta, utilizando como referência o quantitativo estimado de público a ser alcançado em cada ação prevista.

A definição do critério de rateio dos recursos humanos entre o Anexo I.1 e a Participação Informada foi realizada com base em metodologia proporcional, considerando as entradas de recursos previstas e os valores estabelecidos na Composição de Orçamento, assegurando coerência entre planejamento financeiro e execução operacional das atividades.

Para a construção da Composição de Orçamento, inicialmente foram projetados os gastos estimados para cada mês de execução, levando em consideração a dinâmica operacional da assessoria e as despesas previstas para ocorrência em cada período. A partir dessa previsão mensal, foram identificadas as rubricas correspondentes e os respectivos custos associados às atividades planejadas.

Posteriormente, os valores mensais foram distribuídos entre as metas do Plano de Trabalho conforme o peso proporcional de cada meta, adotando como referência o quantitativo estimado de público a ser atendido. Dessa forma, buscou-se garantir maior compatibilidade entre a necessidade operacional de cada meta e a previsão de utilização dos recursos ao longo do período de execução do projeto.

Essa diretriz está associada à busca por maior integração entre agendas, estratégias metodológicas e organização dos espaços participativos, promovendo maior coerência entre as ações desenvolvidas. Tal arranjo contribui para o uso mais eficiente dos recursos disponíveis, ao mesmo tempo em que fortalece a condução dos processos participativos e respeita as condições de engajamento das comunidades envolvidas.

Nesse contexto, a adoção de práticas integradas tende a contribuir para a qualificação da participação social, para a articulação entre as diferentes frentes de atuação e para a otimização de recursos operacionais, evitando sobreposições e promovendo maior eficiência na execução das atividades.

Equipe em Campo

As atividades voltadas às pessoas atingidas serão executadas por profissionais vinculados ao quadro técnico do IBGP, organizados de forma a atender às diferentes frentes do projeto. A equipe foi estruturada com perfis diversos, capazes de responder tanto às demandas técnicas quanto às rotinas administrativas e de prestação de contas.

A composição da equipe do projeto foi estruturada de forma a assegurar aderência técnica, eficiência operacional e capilaridade territorial. As funções que demandam análise técnica, tomada de decisão e responsabilidade sobre produtos e entregas são atribuídas a profissionais de nível superior, garantindo a qualidade e a complexidade requeridas pelo projeto.

As atividades de campo voltadas à mobilização e ao relacionamento direto com a população exigem presença contínua no território, escuta qualificada, mediação de demandas e comunicação acessível, sendo compatíveis com perfis de nível médio, desde que devidamente capacitados e supervisionados. Essas funções demandam habilidades específicas de interação social, empatia e compreensão do contexto local e cultural, não estando condicionadas exclusivamente ao nível de escolaridade formal.

A definição do quantitativo e da organização dos profissionais considera as exigências operacionais do plano de trabalho e as diretrizes estabelecidas nos instrumentos contratuais, buscando assegurar condições adequadas para a execução das ações. Nesse contexto, a distribuição da equipe privilegia a atuação direta nos territórios abrangidos.

No que se refere à composição inicial, está previsto um total de 69 profissionais distribuídos entre o Plano do Anexo I.1 e o projeto de Participação Informada, conforme critérios de alocação definidos a partir das demandas de cada frente de atuação. A equipe está dedicada às atividades administrativas, finalísticas e de campo, com profissionais vinculados a ambos os projetos conforme a necessidade operacional e o escopo das ações previstas, sendo o compartilhamento orientado por funções de caráter transversal, que permitem atuação integrada entre as diferentes frentes.

A estrutura é complementada por uma equipe com atuação em Belo Horizonte, responsável pelas funções de suporte técnico, administrativo e gerencial, essenciais para a organização, o monitoramento e a sustentação das atividades desenvolvidas nos dois projetos.

QUADRO 4 – EQUIPE E SUA PARTICIPAÇÃO NOS ANEXOS

UNIDADE ORGANIZACIONAL	CARGO	ANEXO I.1	PARTICIPAÇÃO INFORMADA
ATI-BH	Advogado Pleno	50%	50%
ATI-BRUMADINHO	Agente de Operações Territorial - Mobilizador Social	70%	30%
ATI-BRUMADINHO	Agente de Operações Territorial - Mobilizador Social	30%	70%
ATI-BH	Analista Júnior - Comunicação	75%	25%
ATI-BH	Analista Júnior - Comunicação	0%	100%
ATI-BH	Analista Pleno - Prestação de Contas	60%	40%
ATI-BH	Analista Pleno - Projetos	100%	0%
ATI-BH	Analista Pleno - Recursos Humanos	55%	45%
ATI-BH	Apoio Logístico	100%	0%
ATI-BRUMADINHO	Apoio Logístico	0%	100%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Comunitário - Mobilizador Social	80%	20%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Comunitário - Mobilizador Social	50%	50%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Comunitário - Mobilizador Social	60%	40%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Comunitário - Mobilizador Social	50%	50%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Comunitário - Mobilizador Social	70%	30%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Comunitário - Mobilizador Social	100%	0%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Comunitário - Mobilizador Social	100%	0%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	100%	0%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	0%	100%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	80%	20%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	80%	20%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	55%	45%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	55%	45%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	55%	45%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	55%	45%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	60%	40%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	60%	40%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	60%	40%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	60%	40%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	100%	0%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	80%	20%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	100%	0%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Júnior - Mobilizador Social - PCTs	55%	45%

UNIDADE ORGANIZACIONAL	CARGO	ANEXO I.1	PARTICIPAÇÃO INFORMADA
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Júnior - FVFs	55%	45%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Pleno - Mobilizador Social	100%	0%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Pleno - Mobilizador Social	85%	15%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Pleno - Mobilizador Social	70%	30%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Pleno - Mobilizador Social	85%	15%
ATI-BRUMADINHO	Assessor Técnico Senior - Mobilizador Social	75%	25%
ATI-BRUMADINHO	Assistente Administrativo	100%	0%
ATI-BH	Assistente Administrativo	0%	100%
ATI-BH	Assistente de Compras	75%	25%
ATI-BRUMADINHO	Assistente Social	100%	0%
ATI-BRUMADINHO	Assistente Social	80%	20%
ATI-BRUMADINHO	Auxiliar de Serviços Gerais	60%	40%
ATI-BH	Auxiliar de Serviços Gerais	0%	100%
ATI-BH	Auxiliar de Serviços Gerais	0%	100%
ATI-BH	Coordenador Administrativa e Financeira	62%	38%
ATI-BRUMADINHO	Coordenador de Campo	61%	39%
ATI-BRUMADINHO	Coordenador Geral	55%	45%
ATI-BRUMADINHO	Motorista	100%	0%
ATI-BRUMADINHO	Motorista	0%	100%
ATI-BH	Motorista	80%	20%
ATI-BH	Motorista	80%	20%
ATI-BRUMADINHO	Psicólogo	100%	0%
ATI-BRUMADINHO	Psicólogo	80%	20%
ATI-BH	Supervisor - Areas de Apoio	60%	40%
ATI-BH	Supervisor - Comunicação e Projetos	55%	45%
ATI-BH	Supervisor - Jurídico	55%	45%
ATI-BH	Supervisor - Recursos Humanos	60%	40%
ATI-BH	Supervisor Senior - Controller e Finanças	75%	25%
ATI-BRUMADINHO	Supervisor Territorial - 01	75%	25%
ATI-BRUMADINHO	Supervisor Territorial - 02	75%	25%
ATI-BRUMADINHO	Supervisor Territorial - 03	75%	25%
ATI-BRUMADINHO	Supervisor Territorial - 04	75%	25%
ATI-BRUMADINHO	Supervisor Territorial - 05	75%	25%
ATI-BH	Supervisor TI - Redes e Suporte	60%	40%
ATI-BH	Técnico de TI	40%	60%
ATI-BRUMADINHO	Técnico de TI	75%	25%

Situações de compartilhamento entre projetos, especialmente no que se refere à equipe e demais rubricas, deverá ser assegurada a devida segregação e rastreabilidade dos recursos, de modo a garantir sua correta vinculação às finalidades específicas, bem como a transparência e o adequado controle na execução financeira.

O recurso do Anexo I.1 não poderá ser remanejado para a Participação Informada

A seguir, apresenta-se uma síntese das atribuições previstas para cada função no âmbito do projeto, sendo a distribuição do quadro de pessoal por nível hierárquico disponibilizada no link correspondente.

1. CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

1.1. Auxiliar de Serviços Gerais

Responsável pelo apoio às atividades operacionais da sede, incluindo organização dos espaços, limpeza, suporte a eventos e manutenção das condições adequadas de funcionamento.

2. CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

2.1. Assistente Administrativo - Campo

Apoia a organização administrativa das atividades territoriais, incluindo controle de documentos, listas de presença, registros de atividades e suporte às equipes de campo.

2.2. Assistente Administrativo – Escritório BH

Responsável pelo apoio administrativo central do projeto no escritório de Belo Horizonte, incluindo organização de documentos, controle de processos internos, apoio à gestão financeira e de compras, atendimento às demandas das equipes de campo e suporte às rotinas administrativas e institucionais do projeto.

2.3. Motorista

Responsável pelo transporte das equipes e apoio às atividades de campo, garantindo deslocamento seguro, cumprimento de rotas e suporte logístico às ações territoriais.

2.4. Apoio Logístico

Responsável pela organização logística das atividades, incluindo transporte, materiais, infraestrutura de eventos e suporte à realização dos espaços participativos.

2.5. Assistente de Compras

Atua nos processos de aquisição de bens e serviços, realizando cotações, acompanhamento de pedidos e organização dos fluxos de compras do projeto.

2.6. Técnico de TI

Responsável pelo suporte técnico em tecnologia, manutenção de equipamentos, apoio às plataformas digitais e garantia do funcionamento dos sistemas utilizados no projeto.

2.7. Assessor Técnico Júnior – Mobilizador Social

Atua diretamente nos territórios, realizando mobilização comunitária, organização de reuniões, apoio às Comissões e levantamento de demandas das pessoas atingidas.

2.8. Assessor Técnico Júnior – Mobilizador Social (PCTs)

Desenvolve atividades junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, respeitando suas especificidades culturais, formas de organização e protocolos próprios.

2.9. Assessor Técnico Júnior – FVFs

Atua com familiares de vítimas fatais, promovendo escuta qualificada, mobilização e apoio à participação nos espaços do projeto.

2.10. Assessor Técnico Pleno – Mobilizador Social

Coordena e qualifica as ações de mobilização em campo, apoiando a organização das equipes, sistematização das demandas e articulação com as instâncias de governança.

2.11. Assessor Comunitário – Mobilização Social

Atua no apoio às atividades de mobilização e relacionamento com as comunidades, contribuindo para a orientação dos participantes, organização das ações territoriais e fortalecimento da comunicação entre as equipes e as pessoas atingidas.

2.12. Agente de Operações Territoriais

Atua no suporte operacional às atividades de campo, apoiando a organização logística, preparação dos espaços, distribuição de materiais e demais ações necessárias à execução das atividades territoriais.

3. CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

3.1. Assessor Técnico Sênior – Mobilizador Social

Responsável pela orientação técnica das ações territoriais, acompanhamento estratégico das atividades de campo e apoio à tomada de decisão.

3.2. Assistente Social

Realiza acompanhamento social das pessoas atingidas, orientações, encaminhamentos e apoio à participação nos processos do projeto.

3.3. Psicólogo

Desenvolve apoio psicossocial, especialmente junto a grupos vulnerabilizados, contribuindo para a escuta qualificada e o fortalecimento da participação.

3.4. Analista Júnior de Comunicação

Responsável pela produção de conteúdos, apoio às ações de comunicação e divulgação das atividades do projeto.

3.5. Analista Pleno Projetos

Apoia na estruturação, sistematização e acompanhamento técnico dos projetos desenvolvidos.

3.6. Analista Pleno Prestação de Contas

Responsável pelo acompanhamento financeiro, organização de documentos e elaboração de relatórios de prestação de contas.

3.7. Analista Pleno – Recursos Humanos

Atua na gestão de pessoas, organização de contratos, controle de equipe e apoio administrativo interno.

3.8. Supervisor Jurídico

Responsável pela análise jurídica, apoio técnico em normativas e garantia de conformidade legal das ações do projeto.

3.9. Supervisor Territorial (01 a 05)

Coordena as equipes nos territórios, organiza a execução das atividades e articula com Comissões e lideranças locais.

3.10. Supervisor Comunicação e Projetos

Responsável pela supervisão das ações de comunicação e apoio à estruturação dos projetos.

3.11. Supervisor Sênior – Controller e Finanças

Coordena o controle financeiro, execução orçamentária e prestação de contas do projeto.

3.12. Supervisor Recursos Humanos

Responsável pela gestão de equipe, processos internos e organização administrativa de pessoal.

3.13. Supervisor Áreas de Apoio

Coordena as atividades logísticas, administrativas e operacionais do projeto.

3.14. Supervisor de TI - Redes e Suporte

Responsável pela supervisão dos sistemas, infraestrutura tecnológica e suporte digital.

3.15. Coordenador Administrativo e Financeiro

Responsável pela gestão administrativa e financeira do projeto, incluindo orçamento, contratos e execução de recursos.

3.16. Coordenador de Campo

Coordena a execução das atividades territoriais, supervisionando equipes e garantindo o cumprimento da metodologia.

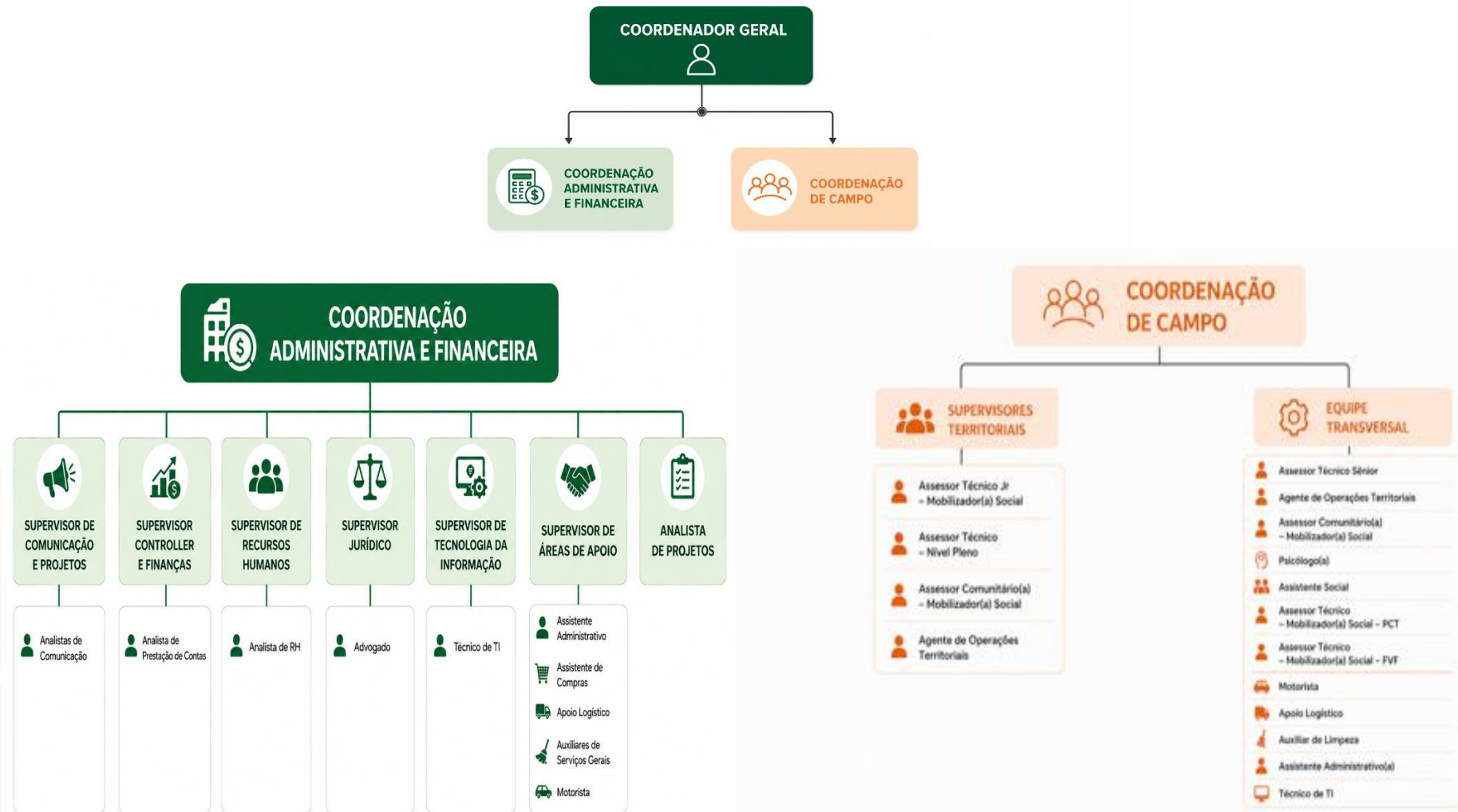
3.17. Coordenador Geral

Responsável pela gestão estratégica do projeto, articulação institucional e acompanhamento geral da execução.

A coordenação geral do projeto ficará sob a responsabilidade de Edmilson de Souza Costa.



ORGANOGRAMA ANEXO I.1



O organograma apresentado tem caráter ilustrativo e tem como objetivo demonstrar a estrutura hierárquica e as relações de subordinação e coordenação entre as funções do projeto. A composição das equipes poderá ser ajustada conforme as necessidades da execução, preservando-se a estrutura organizacional e as atribuições de cada cargo.

FIGURA 2 – MODELO DE FUNCIONAMENTO DA GOVERNANÇA



Modelo de Governança e Integração Funcional

A governança do projeto está estruturada de forma a promover a integração entre as áreas administrativa, financeira e operacional, assegurando que as decisões estratégicas, o suporte institucional e a execução das atividades ocorram de maneira coordenada e alinhada aos objetivos do Plano de Trabalho.

O modelo adotado estabelece uma relação permanente de articulação entre as diferentes funções, favorecendo a comunicação, a padronização dos processos, o acompanhamento da execução e a tomada de decisão baseada no fluxo contínuo de informações entre os níveis estratégico, tático e operacional.

Nesse contexto, cada função exerce responsabilidades específicas e complementares, atuando de forma integrada com as demais áreas para garantir a eficiência da gestão, o suporte às equipes e a qualidade das entregas previstas. A seguir, apresenta-se uma síntese das principais funções da estrutura de governança e de suas interfaces de atuação.

Coordenador Geral

Responsável pela condução estratégica do projeto, promovendo a integração entre os eixos Administrativo e Financeiro e de Campo, acompanhando os resultados e assegurando o alinhamento institucional.

Articulação principal: Coordenação Administrativa e Financeira e Coordenação de Campo.

Coordenação Administrativa e Financeira

Responsável por prover as condições administrativas, financeiras e operacionais necessárias à execução do projeto, garantindo suporte às atividades desenvolvidas pelas equipes.

Articulação principal: Coordenador Geral, Supervisores Administrativos, Coordenação de Campo e Equipe Transversal.

Supervisor de Comunicação e Projetos

Responsável pela coordenação das ações de comunicação institucional e do acompanhamento dos projetos.

Articulação principal: Coordenação Administrativa e Financeira, Coordenação de Campo e Analistas de Comunicação.

Supervisor Controller e Finanças

Responsável pelo acompanhamento financeiro, controle orçamentário e apoio à prestação de contas.

Articulação principal: Coordenação Administrativa e Financeira, Coordenação de Campo e Analista de Prestação de Contas.

Supervisor de Recursos Humanos

Responsável pelo suporte à gestão de pessoas e aos processos de recursos humanos.

Articulação principal: Coordenação Administrativa e Financeira, Coordenação de Campo e Analista de Recursos Humanos.

Supervisor Jurídico

Responsável pelo suporte jurídico às atividades do projeto e pela conformidade legal e contratual.

Articulação principal: Coordenação Administrativa e Financeira, Coordenação de Campo e Advogado.

Supervisor de Tecnologia da Informação

Responsável pela infraestrutura tecnológica e pelo suporte aos sistemas utilizados no projeto.

Articulação principal: Coordenação Administrativa e Financeira, Coordenação de Campo e Técnico de TI.

Analista de Projetos

Responsável pelo acompanhamento técnico do planejamento, monitoramento e consolidação das informações do projeto.

Articulação principal: Coordenação Administrativa e Financeira, Coordenação de Campo, Supervisores Administrativos e Supervisores Territoriais.

Coordenação de Campo

Responsável pelo planejamento, organização e monitoramento das ações territoriais, assegurando a execução metodológica das atividades.

Articulação principal: Coordenador Geral, Coordenação Administrativa e Financeira, Supervisores Territoriais e Equipe Transversal.

Supervisores Territoriais

Responsáveis por coordenar a execução das atividades nos territórios e acompanhar as equipes sob sua supervisão.

Articulação principal: Coordenação de Campo, Equipe Territorial e Equipe Transversal.

Equipe Territorial

Responsável pela execução das ações diretamente nos territórios, incluindo mobilização social, atendimentos, visitas, registros e demais atividades previstas.

Articulação principal: Supervisores Territoriais e Equipe Transversal.

Equipe Transversal

Responsável por prestar suporte técnico, metodológico e operacional às atividades do projeto, contribuindo para a integração entre os eixos administrativo e territorial.

Articulação principal: Coordenação Administrativa e Financeira, Coordenação de Campo, Supervisores Territoriais e Equipe Territorial.

Quadro 5 – Planejamento de Custo RH por cargo/função

CUSTO TOTAL - RH 2026 e 2027		
CARGOS	SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	
	2026	2027
Advogado Pleno	R\$ 7.868,44	R\$ 8.397,79
Agente de Operações Territorial - Mobilizador Social	R\$ 5.892,40	R\$ 6.303,18
Analista Júnior - Comunicação	R\$ 7.108,42	R\$ 7.592,17
Analista Pleno - Prestação de Contas	R\$ 9.236,47	R\$ 9.847,90
Analista Pleno - Projetos	R\$ 9.236,47	R\$ 9.847,90
Analista Pleno - Recursos Humanos	R\$ 9.236,47	R\$ 9.847,90
Apoio Logístico	R\$ 5.588,39	R\$ 5.980,94
Assessor Comunitário - Mobilizador Social	R\$ 6.804,42	R\$ 7.269,92
Assessor Técnico Junior - Mobilizador Social	R\$ 6.348,41	R\$ 6.786,55
Assessor Técnico Júnior - Mobilizador Social - PCTs	R\$ 6.348,41	R\$ 6.786,55
Assessor Técnico Júnior - FVFs	R\$ 6.348,41	R\$ 6.786,55
Assessor Técnico Pleno - Mobilizador Social	R\$ 7.868,44	R\$ 8.397,79
Assessor Técnico Senior - Mobilizador Social	R\$ 9.540,47	R\$ 10.170,14
Assistente Administrativo	R\$ 5.284,39	R\$ 5.658,69
Assistente de Compras	R\$ 6.500,41	R\$ 6.947,68
Assistente Social	R\$ 6.500,41	R\$ 6.947,68
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 4.220,37	R\$ 4.530,83
Coordenador Administrativa e Financeira	R\$ 12.428,53	R\$ 13.231,49
Coordenador de Campo	R\$ 12.428,53	R\$ 13.231,49
Coordenador Geral	R\$ 21.198,10	R\$ 22.527,22
Motorista	R\$ 5.892,40	R\$ 6.303,18
Psicólogo	R\$ 6.804,42	R\$ 7.269,92
Supervisor - Areas de Apoio	R\$ 11.364,51	R\$ 12.103,62
Supervisor - Comunicação e Projetos	R\$ 11.364,51	R\$ 12.103,62
Supervisor - Jurídico	R\$ 11.364,51	R\$ 12.103,62
Supervisor - Recursos Humanos	R\$ 11.364,51	R\$ 12.103,62
Supervisor Senior - Controller e Finanças	R\$ 11.364,51	R\$ 12.103,62
Supervisor Territorial - 01	R\$ 9.540,47	R\$ 10.170,14
Supervisor Territorial - 02	R\$ 9.540,47	R\$ 10.170,14
Supervisor Territorial - 03	R\$ 9.540,47	R\$ 10.170,14
Supervisor Territorial - 04	R\$ 9.540,47	R\$ 10.170,14
Supervisor Territorial - 05	R\$ 9.540,47	R\$ 10.170,14
Supervisor TI - Redes e Suporte	R\$ 11.364,51	R\$ 12.103,62
Técnico de TI	R\$ 6.500,41	R\$ 6.947,68

Planejamento de custo com recursos humanos já contempla a previsão de encargos financeiros e reajustes anuais de acordo com a categoria – o mês de reajuste será Janeiro/2027 com provisionamento de 6% a ser validado após a Convenção Coletiva.

9. ORÇAMENTO

A organização dos recursos financeiros é um componente estratégico para a condução do projeto, permitindo não apenas a previsão das despesas necessárias, mas também o acompanhamento sistemático da execução ao longo do tempo. Esse controle favorece a análise entre o planejado e o realizado, contribuindo para ajustes oportunos e decisões mais qualificadas.

Nesse sentido, a estrutura orçamentária foi definida a partir das necessidades operacionais do Plano de Trabalho, considerando a diversidade das atividades, o alcance do público e as condições necessárias para sua implementação. A alocação dos recursos foi orientada por critérios de adequação, eficiência e uso responsável, de modo a garantir a qualidade das ações e a atuação independente da Assessoria Técnica.

Quadro 6 – Projeção Financeira Orçamentária

PROJEÇÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA	
Entrada de Recursos	R\$ 7.496.024,58
↓	
CUSTEIO	R\$ 2.866.286,28
RECURSOS HUMANOS	R\$ 4.629.738,30
TOTAL	R\$ 7.496.024,58

O quadro a seguir reúne a distribuição orçamentária por rubricas, no Anexo I.1., Região 1, cujos itens serão detalhados na sequência deste capítulo. Para o período de 18 meses de execução, estima-se um montante global de R\$ 7.496.024,58 (Sete milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos), conforme demonstrado a seguir:

Quadro 7 – Custo por rubrica – Região 1

MÊS DE REFERÊNCIA:		mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26
RUBRICA CORRESPONDENTE	VALOR RUBRICA	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06
Espaço Participativos (R\$)	R\$ 32.700,00	R\$ 1.816,67	R\$ 1.816,67	R\$ 1.816,67	R\$ 1.816,67	R\$ 1.816,67	R\$ 1.816,67
Serviços (R\$)	R\$ 894.926,06	R\$ 59.137,25	R\$ 41.198,19	R\$ 45.338,49	R\$ 44.210,85	R\$ 49.958,92	R\$ 49.590,42
Material de Consumo e Expediente (R\$)	R\$ 80.258,84	R\$ 4.458,82	R\$ 4.458,82	R\$ 4.458,82	R\$ 4.458,82	R\$ 4.458,82	R\$ 4.458,82
Transporte (R\$)	R\$ 721.848,11	R\$ 40.102,67	R\$ 40.102,67	R\$ 40.102,67	R\$ 40.102,67	R\$ 40.102,67	R\$ 40.102,67
Alimentação (R\$)	R\$ 256.014,80	R\$ 14.223,04	R\$ 14.223,04	R\$ 14.223,04	R\$ 14.223,04	R\$ 14.223,04	R\$ 14.223,04
Viagens (R\$)	R\$ 95.722,45	R\$ 5.317,91	R\$ 5.317,91	R\$ 5.317,91	R\$ 5.317,91	R\$ 5.317,91	R\$ 5.317,91
Recursos Humanos (R\$)	R\$ 4.632.145,36	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.809,77	R\$ 166.008,77	R\$ 218.672,83	R\$ 338.710,00
Material Permanente / Investimento (R\$)	R\$ 113.816,02	R\$ 61.047,39	R\$ 18.980,87	R\$ 2.573,83	R\$ 8.997,65	R\$ 17.682,82	R\$ -
Serviços Terceirizados(R\$)	R\$ 453.887,72	R\$ 14.890,98	R\$ 22.340,98	R\$ 24.790,98	R\$ 27.140,98	R\$ 29.890,98	R\$ 27.140,98
Despesas Intercorrentes (R\$)	R\$ 214.705,22	R\$ -	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72
Outros (R\$)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Consolidado	R\$ 7.496.024,58	R\$ 200.994,74	R\$ 161.068,88	R\$ 163.061,91	R\$ 324.907,09	R\$ 394.754,39	R\$ 493.990,25

Quadro 7 - Custo por rubrica – Região 1

CUSTO POR RUBRICAS															
MÊS DE REFERÊNCIA:			set/26		out/26		nov/26		dez/26		jan/27		fev/27		
RUBRICA CORRESPONDENTE		VALOR RUBRICA		MÊS 07		MÊS 08		MÊS 09		MÊS 10		MÊS 11		MÊS 12	
Espaço Participativos (R\$)		R\$	32.700,00	R\$	1.816,67	R\$	1.816,67	R\$	1.816,67	R\$	1.816,67	R\$	1.816,67	R\$	1.816,67
Serviços (R\$)		R\$	894.926,06	R\$	49.958,92	R\$	49.210,85	R\$	50.338,49	R\$	49.958,92	R\$	49.958,92	R\$	50.338,49
Material de Consumo e Expediente (R\$)		R\$	80.258,84	R\$	4.458,82	R\$	4.458,82	R\$	4.458,82	R\$	4.458,82	R\$	4.458,82	R\$	4.458,82
Transporte (R\$)		R\$	721.848,11	R\$	40.102,67	R\$	40.102,67	R\$	40.102,67	R\$	40.102,67	R\$	40.102,67	R\$	40.102,67
Alimentação (R\$)		R\$	256.014,80	R\$	14.223,04	R\$	14.223,04	R\$	14.223,04	R\$	14.223,04	R\$	14.223,04	R\$	14.223,04
Viagens (R\$)		R\$	95.722,45	R\$	5.317,91	R\$	5.317,91	R\$	5.317,91	R\$	5.317,91	R\$	5.317,91	R\$	5.317,91
Recursos Humanos (R\$)		R\$	4.632.145,36	R\$	343.473,01	R\$	343.473,01	R\$	343.473,01	R\$	343.473,01	R\$	366.636,04	R\$	366.636,04
Material Permanente / Investimento (R\$)		R\$	113.816,02	R\$	1.924,65	R\$	1.304,41	R\$	-	R\$	-	R\$	1.304,41	R\$	-
Serviços Terceirizados(R\$)		R\$	453.887,72	R\$	32.240,98	R\$	27.140,98	R\$	29.890,98	R\$	32.240,98	R\$	29.890,98	R\$	32.240,98
Despesas Intercorrentes (R\$)		R\$	214.705,22	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72
Outros (R\$)		R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Consolidado		R\$	7.496.024,58	R\$	506.146,40	R\$	499.678,10	R\$	502.251,33	R\$	504.221,76	R\$	526.339,19	R\$	527.764,35

Quadro 8 – Custo por Rubrica - Região 1

CUSTO POR RUBRICAS													
MÊS DE REFERÊNCIA:		mar/27		abr/27		mai/27		jun/27		jul/27		ago/27	
RUBRICA CORRESPONDENTE	VALOR RUBRICA	MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18						
Espaço Participativos (R\$)	R\$ 32.700,00	R\$ 1.816,67	R\$ 1.816,67	R\$ 1.816,67	R\$ 1.816,67	R\$ 1.816,67	R\$ 1.816,67						
Serviços (R\$)	R\$ 894.926,06	R\$ 57.428,92	R\$ 49.210,85	R\$ 49.958,92	R\$ 49.958,92	R\$ 49.210,85	R\$ 49.958,92						
Material de Consumo e Expediente (R\$)	R\$ 80.258,84	R\$ 4.458,82	R\$ 4.458,82	R\$ 4.458,82	R\$ 4.458,82	R\$ 4.458,82	R\$ 4.458,82						
Transporte (R\$)	R\$ 721.848,11	R\$ 40.102,67	R\$ 40.102,67	R\$ 40.102,67	R\$ 40.102,67	R\$ 40.102,67	R\$ 40.102,67						
Alimentação (R\$)	R\$ 256.014,80	R\$ 14.223,04	R\$ 14.223,04	R\$ 14.223,04	R\$ 14.223,04	R\$ 14.223,04	R\$ 14.223,04						
Viagens (R\$)	R\$ 95.722,45	R\$ 5.317,91	R\$ 5.317,91	R\$ 5.317,91	R\$ 5.317,91	R\$ 5.317,91	R\$ 5.317,91						
Recursos Humanos (R\$)	R\$ 4.632.145,36	R\$ 366.636,04	R\$ 366.636,04	R\$ 366.636,04	R\$ 361.547,18	R\$ 183.511,50	R\$ 144.813,06						
Material Permanente / Investimento (R\$)	R\$ 113.816,02	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Serviços Terceirizados(R\$)	R\$ 453.887,72	R\$ 29.890,98	R\$ 32.240,98	R\$ 14.890,98	R\$ 17.240,98	R\$ 14.890,98	R\$ 14.890,98						
Despesas Intercorrentes (R\$)	R\$ 214.705,22	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72						
Outros (R\$)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Consolidado	R\$ 7.496.024,58	R\$ 532.504,78	R\$ 526.636,71	R\$ 510.034,78	R\$ 507.295,93	R\$ 326.162,17	R\$ 288.211,81						

Quadro 8 – Custo por Atividade - Região 1

CUSTO POR ATIVIDADE															
MÊS DE REFERÊNCIA:			mar/26		abr/26		mai/26		jun/26		jul/26		ago/26		
IDENTIFICAÇÃO	ATIVIDADES CORRESPONDENTES	VALOR DA ATIVIDADE		MÊS 01		MÊS 02		MÊS 03		MÊS 04		MÊS 05		MÊS 06	
Anexo I.1 - Meta 01	Formação de pessoal para proposição de projetos - 1ª e 2ª onda	R\$	1.103.428,37	R\$	64.516,34	R\$	53.649,42	R\$	56.157,48	R\$	113.822,90	R\$	158.650,68	R\$	213.690,58
Anexo I.1 - Meta 02	Formação de pessoal para escrita de projetos e execução de projetos	R\$	110.652,11	R\$	6.469,72	R\$	5.379,98	R\$	5.631,49	R\$	11.414,19	R\$	15.909,54	R\$	21.428,95
Anexo I.1 - Meta 03	Material informativo e didático sobre síntese da região e evolução do anexo I.1	R\$	429.571,13	R\$	2.999,42	R\$	2.153,35	R\$	2.348,62	R\$	6.838,30	R\$	10.199,96	R\$	14.485,22
Anexo I.1 - Meta 04	Logística para espaço participativo junto à Entidade Gestora (EG)	R\$	380.074,00	R\$	21.115,22	R\$	21.115,22	R\$	21.115,22	R\$	21.115,22	R\$	21.115,22	R\$	21.115,22
Anexo I.1 - Meta 05	Estrutura Conselhos e Regramento	R\$	59.142,59	R\$	3.394,79	R\$	2.802,54	R\$	2.939,23	R\$	6.082,01	R\$	8.520,75	R\$	11.520,43
Anexo I.1 - Meta 06	Convite familiares conselheiros de vítima fatais para participação de processos decisórios	R\$	36.322,76	R\$	2.123,75	R\$	1.766,04	R\$	1.848,60	R\$	3.746,83	R\$	5.222,48	R\$	7.034,29
Anexo I.1 - Meta 07	Envolvimento atingidos em processos decisórios	R\$	1.307.949,91	R\$	7.072,49	R\$	5.881,22	R\$	6.156,16	R\$	12.477,63	R\$	17.391,79	R\$	23.425,44
Anexo I.1 - Meta 08	Revisão danos coletivos e comunitários	R\$	15.664,06	R\$	59,99	R\$	43,07	R\$	46,97	R\$	136,77	R\$	204,00	R\$	289,70
Anexo I.1 - Meta 09	Sugestões de projetos	R\$	7.085,68	R\$	59,99	R\$	43,07	R\$	46,97	R\$	136,77	R\$	204,00	R\$	289,70
Anexo I.1 - Meta 10	Formação crédito, microcrédito e finanças solidários, banco comunitário e fundo rotativo	R\$	21.598,00	R\$	2.109,69	R\$	1.754,34	R\$	1.836,35	R\$	3.722,02	R\$	5.187,89	R\$	6.987,70
Anexo I.1 - Meta 11	Formações com pessoas atingidas: governança	R\$	14.447,69	R\$	3.234,86	R\$	2.689,99	R\$	2.815,74	R\$	5.707,10	R\$	-	R\$	-
Anexo I.1 - Meta 12	Envolvimento atingidos fase preparatória - plano participativo	R\$	1.307.949,91	R\$	7.072,49	R\$	5.881,22	R\$	6.156,16	R\$	12.477,63	R\$	17.391,79	R\$	23.425,44
Anexo I.1 - Meta 13	Divulgação processos seletivos e editais - Entidade Gestora.	R\$	31.328,12	R\$	119,98	R\$	86,13	R\$	93,94	R\$	273,53	R\$	408,00	R\$	579,41
Anexo I.1 - Meta 14	Divulgação para decisão sobre projetos locais, regionais e PCTs	R\$	37.593,74	R\$	143,97	R\$	103,36	R\$	112,73	R\$	328,24	R\$	489,60	R\$	695,29
Anexo I.1 - Meta 15	Prestação de Contas físico-financeira	R\$	256.584,24	R\$	1.357,92	R\$	1.121,02	R\$	1.175,69	R\$	2.432,80	R\$	3.408,30	R\$	4.608,17
Anexo I.1 - Meta 16	Reunião sobre divisão de recursos	R\$	13.044,50	R\$	2.909,82	R\$	2.402,18	R\$	2.519,34	R\$	5.213,15	R\$	-	R\$	-
Gestão do Projeto	Gestão	R\$	1.581.178,82	R\$	295,94	R\$	245,17	R\$	12.066,66	R\$	70.213,65	R\$	70.246,86	R\$	104.643,98
Material Permanente/Investimento	Material Permanente/Investimento	R\$	113.816,02	R\$	61.047,39	R\$	18.980,87	R\$	2.573,83	R\$	8.997,65	R\$	17.682,82	R\$	-
Serviços Terceirizados	Serviços Terceirizados	R\$	453.887,72	R\$	14.890,98	R\$	22.340,98	R\$	24.790,98	R\$	27.140,98	R\$	29.890,98	R\$	27.140,98
Despesas Intercorrentes	Despesas Trabalhistas a apurar: Reajustes e Rescisões e Desmobilização	R\$	214.705,22	R\$	-	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72
Outros	Outros	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Consolidado		R\$	7.496.024,58	R\$	200.994,74	R\$	161.068,88	R\$	163.061,91	R\$	324.907,09	R\$	394.754,39	R\$	493.990,25

Quadro 8 – Custo por Atividade – Região 1

CUSTO POR ATIVIDADE																	
MÊS DE REFERÊNCIA				set/26		out/26		nov/26		dez/26		jan/27		fev/27			
IDENTIFICAÇÃO		ATIVIDADES CORRESPONDENTES		VALOR DA ATIVIDADE		MÊS 07		MÊS 08		MÊS 09		MÊS 10		MÊS 11		MÊS 12	
Anexo I.1 - Meta 01		Formação de pessoal para proposição de projetos - 1ª e 2ª onda		R\$	1.103.428,37	R\$	221.716,36	R\$	221.224,61	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Anexo I.1 - Meta 02		Formação de pessoal para escrita de projetos e execução de projetos		R\$	110.652,11	R\$	22.233,78	R\$	22.184,47	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Anexo I.1 - Meta 03		Material informativo e didático sobre síntese da região e evolução do anexo I.1		R\$	429.571,13	R\$	15.060,76	R\$	15.022,47	R\$	69.399,78	R\$	69.311,18	R\$	73.188,09	R\$	73.276,69
Anexo I.1 - Meta 04		Logística para espaço participativo junto à Entidade Gestora (EG)		R\$	380.074,00	R\$	21.115,22	R\$	21.115,22	R\$	21.115,22	R\$	21.115,22	R\$	21.115,22	R\$	21.115,22
Anexo I.1 - Meta 05		Estrutura Conselhos e Regramento		R\$	59.142,59	R\$	11.954,81	R\$	11.928,01	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Anexo I.1 - Meta 06		Convite familiares conselheiros de vítima fatais para participação de processos decisórios		R\$	36.322,76	R\$	7.298,48	R\$	7.282,29	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Anexo I.1 - Meta 07		Envolvimento atingidos em processos decisórios		R\$	1.307.949,91	R\$	24.305,25	R\$	24.251,34	R\$	115.869,19	R\$	115.744,44	R\$	121.203,12	R\$	121.327,87
Anexo I.1 - Meta 08		Revisão danos coletivos e comunitários		R\$	15.664,06	R\$	301,22	R\$	300,45	R\$	1.388,00	R\$	1.386,22	R\$	1.463,76	R\$	1.465,53
Anexo I.1 - Meta 09		Sugestões de projetos		R\$	7.085,68	R\$	301,22	R\$	300,45	R\$	1.388,00	R\$	1.386,22	R\$	1.463,76	R\$	1.465,53
Anexo I.1 - Meta 10		Formação crédito, microcrédito e finanças solidários, banco comunitário e fundo rotativo		R\$	21.598,00	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Anexo I.1 - Meta 11		Formações com pessoas atingidas: governança		R\$	14.447,69	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Anexo I.1 - Meta 12		Envolvimento atingidos fase preparatória - plano participativo		R\$	1.307.949,91	R\$	24.305,25	R\$	24.251,34	R\$	115.869,19	R\$	115.744,44	R\$	121.203,12	R\$	121.327,87
Anexo I.1 - Meta 13		Divulgação processos seletivos e editais - Entidade Gestora.		R\$	31.328,12	R\$	602,43	R\$	600,90	R\$	2.775,99	R\$	2.772,45	R\$	2.927,52	R\$	2.931,07
Anexo I.1 - Meta 14		Divulgação para decisão sobre projetos locais, regionais e PCTs		R\$	37.593,74	R\$	722,92	R\$	721,08	R\$	3.331,19	R\$	3.326,94	R\$	3.513,03	R\$	3.517,28
Anexo I.1 - Meta 15		Prestação de Contas físico-financeira		R\$	256.584,24	R\$	4.781,92	R\$	4.771,20	R\$	22.730,00	R\$	22.705,19	R\$	23.790,73	R\$	23.815,54
Anexo I.1 - Meta 16		Reunião sobre divisão de recursos		R\$	13.044,50	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Gestão do Projeto		Gestão		R\$	1.581.178,82	R\$	104.651,43	R\$	104.649,14	R\$	105.864,06	R\$	105.858,75	R\$	112.645,73	R\$	112.651,04
Material Permanente/Investimento		Material Permanente/Investimento		R\$	113.816,02	R\$	1.924,65	R\$	1.304,41	R\$	-	R\$	-	R\$	1.304,41	R\$	-
Serviços Terceirizados		Serviços Terceirizados		R\$	453.887,72	R\$	32.240,98	R\$	27.140,98	R\$	29.890,98	R\$	32.240,98	R\$	29.890,98	R\$	32.240,98
Despesas Intercorrentes		Despesas Trabalhistas a apurar: Reajustes e Rescisões e Desmobilização		R\$	214.705,22	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72	R\$	12.629,72
Outros		Outros		R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Consolidado				R\$	7.496.024,58	R\$	506.146,40	R\$	499.678,10	R\$	502.251,33	R\$	504.221,76	R\$	526.339,19	R\$	527.764,35

Quadro 8 – Custo por Atividade – Região 1

CUSTO POR ATIVIDADE														
MÊS DE REFERÊNCIA			mar/27		abr/27		mai/27		jun/27		jul/27		ago/27	
IDENTIFICAÇÃO	ATIVIDADES CORRESPONDENTES	VALOR DA ATIVIDADE	MÊS 13		MÊS 14		MÊS 15		MÊS 16		MÊS 17		MÊS 18	
Anexo I.1 - Meta 01	Formação de pessoal para proposição de projetos - 1ª e 2ª onda	R\$ 1.103.428,37	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Anexo I.1 - Meta 02	Formação de pessoal para escrita de projetos e execução de projetos	R\$ 110.652,11	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Anexo I.1 - Meta 03	Material informativo e didático sobre síntese da região e evolução do anexo I.1	R\$ 429.571,13	R\$ 75.287,29	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Anexo I.1 - Meta 04	Logística para espaço participativo junto à Entidade Gestora (EG)	R\$ 380.074,00	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	
Anexo I.1 - Meta 05	Estrutura Conselhos e Regramento	R\$ 59.142,59	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Anexo I.1 - Meta 06	Convite familiares conselheiros de vítima fatais para participação de processos decisórios	R\$ 36.322,76	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Anexo I.1 - Meta 07	Envolvimento atingidos em processos decisórios	R\$ 1.307.949,91	R\$ 124.158,81	R\$ 153.581,57	R\$ 153.904,26	R\$ 151.667,96	R\$ 73.107,36	R\$ 56.424,00						
Anexo I.1 - Meta 08	Revisão danos coletivos e comunitários	R\$ 15.664,06	R\$ 1.505,75	R\$ 1.923,68	R\$ 1.928,27	R\$ 1.896,50	R\$ 780,58	R\$ 543,60						
Anexo I.1 - Meta 09	Sugestões de projetos	R\$ 7.085,68	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Anexo I.1 - Meta 10	Formação crédito, microcrédito e finanças solidários, banco comunitário e fundo rotativo	R\$ 21.598,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Anexo I.1 - Meta 11	Formações com pessoas atingidas: governança	R\$ 14.447,69	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Anexo I.1 - Meta 12	Envolvimento atingidos fase preparatória - plano participativo	R\$ 1.307.949,91	R\$ 124.158,81	R\$ 153.581,57	R\$ 153.904,26	R\$ 151.667,96	R\$ 73.107,36	R\$ 56.424,00						
Anexo I.1 - Meta 13	Divulgação processos seletivos e editais - Entidade Gestora.	R\$ 31.328,12	R\$ 3.011,49	R\$ 3.847,37	R\$ 3.856,53	R\$ 3.793,00	R\$ 1.561,17	R\$ 1.087,21						
Anexo I.1 - Meta 14	Divulgação para decisão sobre projetos locais, regionais e PCTs	R\$ 37.593,74	R\$ 3.613,79	R\$ 4.616,84	R\$ 4.627,84	R\$ 4.551,60	R\$ 1.873,40	R\$ 1.304,65						
Anexo I.1 - Meta 15	Prestação de Contas físico-financeira	R\$ 256.584,24	R\$ 24.378,51	R\$ 30.229,62	R\$ 30.293,80	R\$ 29.849,08	R\$ 14.226,23	R\$ 10.908,52						
Anexo I.1 - Meta 16	Reunião sobre divisão de recursos	R\$ 13.044,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Gestão do Projeto	Gestão	R\$ 1.581.178,82	R\$ 112.754,41	R\$ 112.870,15	R\$ 112.883,90	R\$ 112.883,90	R\$ 112.870,15	R\$ 112.883,90						
Material Permanente/Investimento	Material Permanente/Investimento	R\$ 113.816,02	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Serviços Terceirizados	Serviços Terceirizados	R\$ 453.887,72	R\$ 29.890,98	R\$ 32.240,98	R\$ 14.890,98	R\$ 17.240,98	R\$ 14.890,98	R\$ 14.890,98						
Despesas Intercorrentes	Despesas Trabalhistas a apurar: Reajustes e Rescisões e Desmobilização	R\$ 214.705,22	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72						
Outros	Outros	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Consolidado		R\$ 7.496.024,58	R\$ 532.504,78	R\$ 526.636,71	R\$ 510.034,78	R\$ 507.295,93	R\$ 326.162,17	R\$ 288.211,81						

Quadro 8 – Custo por Atividade – Região 1

CUSTO POR ATIVIDADE														
MÊS DE REFERÊNCIA			mar/27		abr/27		mai/27		jun/27		jul/27		ago/27	
IDENTIFICAÇÃO	ATIVIDADES CORRESPONDENTES	VALOR DA ATIVIDADE	MÊS 13		MÊS 14		MÊS 15		MÊS 16		MÊS 17		MÊS 18	
Anexo I.1 - Meta 01	Formação de pessoal para proposição de projetos - 1ª e 2ª onda	R\$ 1.103.428,37	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Anexo I.1 - Meta 02	Formação de pessoal para escrita de projetos e execução de projetos	R\$ 110.652,11	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Anexo I.1 - Meta 03	Material informativo e didático sobre síntese da região e evolução do anexo I.1	R\$ 429.571,13	R\$ 75.287,29	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Anexo I.1 - Meta 04	Logística para espaço participativo junto à Entidade Gestora (EG)	R\$ 380.074,00	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22	R\$ 21.115,22
Anexo I.1 - Meta 05	Estrutura Conselhos e Regramento	R\$ 59.142,59	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Anexo I.1 - Meta 06	Convite familiares conselheiros de vítima fatais para participação de processos decisórios	R\$ 36.322,76	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Anexo I.1 - Meta 07	Envolvimento atingidos em processos decisórios	R\$ 1.307.949,91	R\$ 124.158,81	R\$ 153.581,57	R\$ 153.904,26	R\$ 151.667,96	R\$ 73.107,36	R\$ 56.424,00						
Anexo I.1 - Meta 08	Revisão danos coletivos e comunitários	R\$ 15.664,06	R\$ 1.505,75	R\$ 1.923,68	R\$ 1.928,27	R\$ 1.896,50	R\$ 780,58	R\$ 543,60						
Anexo I.1 - Meta 09	Sugestões de projetos	R\$ 7.085,68	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Anexo I.1 - Meta 10	Formação crédito, microcrédito e finanças solidários, banco comunitário e fundo rotativo	R\$ 21.598,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Anexo I.1 - Meta 11	Formações com pessoas atingidas: governança	R\$ 14.447,69	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Anexo I.1 - Meta 12	Envolvimento atingidos fase preparatória - plano participativo	R\$ 1.307.949,91	R\$ 124.158,81	R\$ 153.581,57	R\$ 153.904,26	R\$ 151.667,96	R\$ 73.107,36	R\$ 56.424,00						
Anexo I.1 - Meta 13	Divulgação processos seletivos e editais - Entidade Gestora.	R\$ 31.328,12	R\$ 3.011,49	R\$ 3.847,37	R\$ 3.856,53	R\$ 3.793,00	R\$ 1.561,17	R\$ 1.087,21						
Anexo I.1 - Meta 14	Divulgação para decisão sobre projetos locais, regionais e PCTs	R\$ 37.593,74	R\$ 3.613,79	R\$ 4.616,84	R\$ 4.627,84	R\$ 4.551,60	R\$ 1.873,40	R\$ 1.304,65						
Anexo I.1 - Meta 15	Prestação de Contas físico-financeira	R\$ 256.584,24	R\$ 24.378,51	R\$ 30.229,62	R\$ 30.293,80	R\$ 29.849,08	R\$ 14.226,23	R\$ 10.908,52						
Anexo I.1 - Meta 16	Reunião sobre divisão de recursos	R\$ 13.044,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Gestão do Projeto	Gestão	R\$ 1.581.178,82	R\$ 112.754,41	R\$ 112.870,15	R\$ 112.883,90	R\$ 112.883,90	R\$ 112.870,15	R\$ 112.883,90						
Material Permanente/Investimento	Material Permanente/Investimento	R\$ 113.816,02	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Serviços Terceirizados	Serviços Terceirizados	R\$ 453.887,72	R\$ 29.890,98	R\$ 32.240,98	R\$ 14.890,98	R\$ 17.240,98	R\$ 14.890,98	R\$ 14.890,98						
Despesas Intercorrentes	Despesas Trabalhistas a apurar: Reajustes e Rescisões e Desmobilização	R\$ 214.705,22	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72	R\$ 12.629,72						
Outros	Outros	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -						
Consolidado		R\$ 7.496.024,58	R\$ 532.504,78	R\$ 526.636,71	R\$ 510.034,78	R\$ 507.295,93	R\$ 326.162,17	R\$ 288.211,81						

A definição dos custos considerou diferentes referências, incluindo parâmetros de mercado, aprendizados provenientes de experiências anteriores e as demandas específicas deste projeto, buscando assegurar coerência entre os recursos previstos e as necessidades de execução.

A estrutura orçamentária foi organizada de forma a permitir acompanhamento claro e sistemático das informações financeiras, viabilizando tanto o controle social quanto a atuação das instâncias responsáveis pelo monitoramento e fiscalização.

Para a composição dos valores, foram considerados os custos associados à equipe envolvida e aos serviços e contratações necessários ao desenvolvimento das atividades. As rubricas orçamentárias são apresentadas a seguir, com a devida descrição de seus componentes, de modo a explicitar a aplicação dos recursos frente à complexidade e às características das ações previstas.

1. Recursos Humanos

Os recursos desta rubrica destinam-se à cobertura dos custos com pessoal necessário à execução do projeto, incluindo profissionais envolvidos tanto nas atividades diretamente relacionadas ao atendimento às pessoas atingidas quanto nas funções de apoio e organização das ações.

A composição desses custos leva em conta o nível de qualificação exigido, o volume de dedicação previsto, as responsabilidades atribuídas a cada função e os parâmetros praticados no mercado para atividades de natureza semelhante.

As contratações serão formalizadas prioritariamente pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), podendo ocorrer em formatos de trabalho presencial ou híbrido, conforme as demandas específicas e a dinâmica operacional do projeto.

2. Material Permanente / Investimento

Esta rubrica contempla a aquisição de bens permanentes necessários à organização e ao funcionamento da sede regional, bem como ao adequado atendimento às pessoas atingidas. Esses itens visam garantir as condições estruturais indispensáveis para a execução das atividades previstas no projeto.

Ressalta-se que a definição quanto à aquisição ou locação de bens permanentes será realizada após o

recebimento e a análise do acervo de equipamentos a ser disponibilizado pela AEDAS, conforme determinação judicial. A partir dessa avaliação, será verificada a suficiência, o estado de conservação e a adequação dos bens existentes às demandas do projeto.

Nesse contexto, a eventual aquisição ou locação de bens poderá ocorrer de forma complementar ou substitutiva, considerando tanto a inexistência de determinados itens no acervo disponibilizado quanto à necessidade de reposição daqueles que não se apresentem em condições adequadas de uso, sempre com base nos requisitos operacionais do projeto.

A previsão de aquisição de drone no âmbito do projeto justifica-se pela necessidade de apoio às atividades de campo, registros territoriais, produção de imagens aéreas, mapeamentos, documentação das áreas acompanhadas pela ATI nos territórios atingidos. O equipamento permitirá maior abrangência e qualidade nos registros técnicos e metodológicos, contribuindo para o acompanhamento das atividades, produção de materiais informativos, sistematização de informações territoriais e apoio às equipes durante visitas, reuniões comunitárias e demais ações realizadas em campo.

A opção pela aquisição do equipamento, em substituição à locação eventual, fundamenta-se na natureza continuada das atividades previstas ao longo dos 18 (dezoito) meses de execução do projeto, considerando a frequência de utilização esperada, a necessidade de disponibilidade imediata do equipamento para atendimento das demandas territoriais e a relação de custo-benefício mais vantajosa para a execução das ações. A contratação recorrente de serviços de locação tenderia a gerar custos mais elevados ao longo da execução do projeto, além de limitar a autonomia operacional das equipes e a flexibilidade necessária para atendimento das demandas de campo.

Ressalta-se, contudo, que, conforme já informado anteriormente no Plano de Trabalho, previamente à realização de qualquer aquisição, será aguardado o levantamento e disponibilização do inventário de bens da AEDAS, oportunidade em que será realizada análise quanto à existência, disponibilidade e condições de funcionamento dos equipamentos eventualmente passíveis de utilização pela ATI. Assim, eventual aquisição somente ocorrerá caso seja verificada a inexistência de equipamento disponível ou a inadequação técnica e operacional dos bens já existentes para atendimento das necessidades do projeto. Destaca-se, ainda, que eventual aquisição observará os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, sendo precedida da realização de, no mínimo, 03 (três) cotações de mercado, visando

garantir a escolha da proposta mais adequada às necessidades operacionais do projeto e compatível com os valores praticados no mercado.

Todos os bens adquiridos ou utilizados no âmbito desta rubrica serão devidamente registrados e controlados, observando-se os procedimentos de gestão patrimonial, rastreabilidade e transparência na utilização dos recursos.

3. Serviços

As despesas previstas nesta rubrica correspondem à contratação de serviços necessários à execução do projeto, compreendendo atividades de apoio operacional, administrativo, técnico e logístico, indispensáveis ao desenvolvimento das ações previstas neste Plano de Trabalho.

Tais despesas abrangem o conjunto de serviços que viabilizam o funcionamento das atividades, a organização e gestão das informações, a comunicação institucional, a realização dos espaços participativos e o suporte às equipes em campo, bem como demais necessidades inerentes à execução do projeto.

No que se refere à gestão das informações, à prestação de contas e ao controle financeiro, poderão ser utilizadas ferramentas e sistemas que assegurem a adequada organização dos dados, o acompanhamento das atividades e a rastreabilidade da execução, garantindo transparência e confiabilidade. Essas soluções deverão observar as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assegurando a integridade, a confidencialidade e a segurança das informações tratadas.

Incluem-se, ainda, despesas de natureza administrativa e legal necessárias à regularidade das operações, bem como custos relacionados à manutenção das condições adequadas de funcionamento do projeto.

No que se refere à logística de transporte, está prevista a locação de no mínimo dois veículos destinados ao apoio exclusivo do projeto, enquadrados na categoria B das agências locadoras, pelo período de 18 (dezoito) meses, a serem utilizados nas atividades operacionais e de campo.

Considerando a dinâmica territorial das ações previstas e o compromisso com a ampla participação das pessoas atingidas em todos os espaços coletivos, reuniões, assembleias, formações e demais atividades

vinculadas à ATI, prevê-se também a locação de micro-ônibus para apoio à logística de deslocamento dos participantes, especialmente em situações que demandem transporte coletivo.

A medida busca assegurar condições adequadas de acesso e participação, reduzindo possíveis barreiras relacionadas à mobilidade e ao deslocamento nos territórios atendidos pelo projeto. Para ambas as contratações, serão observados os princípios da economicidade, transparência e eficiência, mediante realização de, no mínimo, 03 (três) cotações prévias, visando garantir a proposta mais vantajosa e compatível com os valores praticados no mercado.

A rubrica destinada à aquisição e contratação de softwares contempla ferramentas essenciais ao funcionamento administrativo, operacional, técnico e metodológico da ATI ao longo dos 18 (dezoito) meses de execução do projeto. Considerando a complexidade das atividades previstas, o volume de informações produzidas, a necessidade de gestão integrada das equipes e a garantia de segurança, armazenamento e tratamento adequado dos dados, prevê-se a utilização de sistemas voltados à gestão institucional, organização documental, monitoramento das atividades, sistematização de informações e apoio técnico às ações desenvolvidas nos territórios.

Considerando a ampla variedade de fornecedores existentes no mercado e as diferentes nomenclaturas adotadas por cada empresa para sistemas e plataformas similares, não é possível, neste momento, indicar previamente os nomes específicos dos softwares a serem contratados. Assim, apresenta-se abaixo o detalhamento das finalidades e áreas de utilização previstas, bem como a estimativa de investimento para cada categoria de ferramenta necessária à execução do projeto:

- Sistema de gestão de recursos humanos e folha de pagamento – estimativa: R\$ 12.000,00;
- Sistema de gestão financeira e contábil – estimativa: R\$ 11.000,00;
- Ferramentas de produtividade, edição de documentos e e-mails institucionais – estimativa: R\$ 15.000,00;
- Plataforma de armazenamento em nuvem e compartilhamento de arquivos – estimativa: R\$ 8.710,00;
- Ferramentas de gestão de projetos, monitoramento e organização de fluxos de trabalho – estimativa: R\$ 7.000,00;
- Sistemas de segurança digital, antivírus corporativo e backup – estimativa: R\$ 5.000,00;

- Softwares para coleta, sistematização, análise de dados, formulários, pesquisas e elaboração de relatórios técnicos – estimativa: R\$ 14.000,00.

Os valores apresentados possuem caráter estimativo, podendo sofrer alterações ao longo da execução do projeto em razão das necessidades operacionais identificadas, adequações metodológicas, quantitativo de usuários e disponibilidade financeira da execução.

Eventuais ajustes observarão sempre a compatibilidade com os objetivos do projeto, bem como os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade. Ressalta-se, ainda, que toda e qualquer contratação ou aquisição relacionada à presente rubrica será precedida da realização de, no mínimo, 03 (três) cotações de mercado, visando garantir a escolha da proposta mais adequada e economicamente vantajosa para a execução das atividades da ATI.

No que se refere aos serviços de tecnologia e desenvolvimento de software, esta rubrica contempla a eventual contratação de soluções tecnológicas sob demanda, incluindo desenvolvimento, customização, integração de sistemas, manutenção evolutiva e suporte técnico, conforme as necessidades operacionais do projeto. Tais serviços poderão ser requeridos para viabilizar ferramentas de gestão, monitoramento, sistematização de informações e apoio às atividades em campo, sendo dimensionados a partir das demandas identificadas ao longo da execução.

Ressalta-se que, nesta etapa de planejamento, não é possível detalhar integralmente as soluções a serem adotadas, uma vez que sua definição dependerá do aprofundamento do diagnóstico, da dinâmica de implementação e das especificidades do território. Assim, as contratações serão realizadas de forma gradual e justificada, observando critérios de necessidade, economicidade, eficiência e adequação às finalidades do projeto, garantindo o uso responsável e transparente dos recursos.

Da mesma forma, no que diz respeito aos serviços de mídia e comunicação, esta rubrica contempla a eventual contratação de soluções voltadas à produção, gestão e disseminação de conteúdos institucionais e informativos do projeto, incluindo, de forma não exaustiva, criação de peças gráficas, produção audiovisual, gestão de redes sociais, campanhas de comunicação, cobertura de atividades e apoio à mobilização social. Tais serviços visam assegurar a adequada visibilidade das ações, o engajamento dos públicos envolvidos e a transparência das atividades desenvolvidas.

Ressalta-se que, nesta etapa de planejamento, não é possível detalhar integralmente todas as estratégias

e produtos a serem adotados, uma vez que sua definição dependerá das demandas que emergirem ao longo da execução, das características do território e das diretrizes institucionais.

Destaca-se, ainda, que eventual aquisição observará os princípios da economicidade, eficiência, transparência e vantajosidade, sendo submetida aos procedimentos internos de contratação e aquisição adotados pela instituição.

Para tanto, previamente a qualquer aquisição, contratação ou prestação de serviços, serão realizados processos de pesquisa de mercado e análise comparativa de propostas, mediante obtenção de, no mínimo, 03 (três) cotações, considerando critérios técnicos, operacionais e financeiros, visando garantir a escolha da proposta mais adequada às necessidades do projeto e compatível com os valores praticados no mercado.

Assim, as contratações, aquisições e serviços serão realizados de forma gradual e devidamente justificada, observando critérios de necessidade, economicidade, eficiência e adequação às finalidades do projeto, garantindo o uso responsável e transparente dos recursos.

4. Material de Consumo de Expediente

Inclui os materiais necessários ao funcionamento cotidiano das atividades, abrangendo suprimentos administrativos, recursos utilizados nas ações com as pessoas atingidas e itens voltados à segurança e proteção das equipes. Também contempla insumos essenciais para garantir condições adequadas de execução, incluindo materiais de apoio, equipamentos de proteção e itens de atendimento emergencial.

5. Transporte

Os recursos desta rubrica destinam-se a viabilizar a logística de deslocamento necessária ao desenvolvimento das atividades, abrangendo tanto a circulação das equipes quanto o apoio à participação das pessoas atingidas nas ações previstas. Incluem-se, nesse contexto, custos associados à operação de transporte, tais como contratação de serviços, locação e utilização de veículos, despesas com abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, bem como eventuais custos decorrentes de avarias, sinistros e demais encargos relacionados, indispensáveis para assegurar a continuidade e a segurança das atividades nos diferentes territórios.

6. Alimentação

Inclui os custos destinados à oferta de alimentação nas atividades presenciais do projeto, contemplando participantes e equipe de trabalho. Esses serviços serão realizados em conformidade com as diretrizes institucionais aplicáveis, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das ações e a permanência dos participantes durante as atividades.

7. Viagens

Destina-se à cobertura de despesas com estada temporária, aplicável a integrantes da equipe e participantes das atividades quando houver necessidade de permanência fora de seu domicílio em função das ações previstas. Incluem-se despesas com hospedagem, deslocamentos associados e demais custos correlatos, quando necessários para viabilizar o cumprimento do cronograma do projeto.

8. Espaços Participativos

Abrange os custos necessários à realização de encontros e atividades presenciais, incluindo locação de espaços, infraestrutura, serviços de apoio, materiais de escritório e itens operacionais indispensáveis à viabilização das ações.

Contempla, ainda, despesas relacionadas à sinalização e identificação institucional das sedes, espaços utilizados e veículos vinculados ao projeto, conforme diretrizes institucionais e necessidades de comunicação e visibilidade das atividades.

9. Serviços Terceirizados

Refere-se à contratação de serviços técnicos especializados para apoio pontual às atividades do projeto, conforme demandas específicas, sendo que, para cada contratação, serão realizadas, sempre que aplicável, no mínimo três cotações, de modo a assegurar critérios de economicidade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa.

10. Despesas Intercorrentes

Consideram-se despesas intercorrentes aquelas de natureza eventual e imprevisível, decorrentes de ocorrências trabalhistas verificadas no curso da execução do projeto, bem como aquelas relacionadas à necessidade de alocação de recursos para o processo de desmobilização, não se incluindo, em qualquer hipótese, despesas decorrentes de erro, omissão, negligência, imperícia ou má gestão imputáveis à ATI.

O valor pertinente ao reajuste salarial anual, considerou-se a aplicação de índices médios de correção salarial compatíveis com referências de mercado e instrumentos coletivos aplicáveis, projetados ao longo do período de execução do projeto, cujo valor encontra-se previsto no custo de RH para o exercício 2027.

No caso das rescisões e dos encargos trabalhistas correlatos, tais custos não estão incluídos diretamente na composição do custo de RH, estando contemplados no item de despesas intercorrentes. Nesse contexto, foram considerados os encargos legais aplicáveis e demais obrigações decorrentes das relações de trabalho, incluindo situações de desligamento, afastamentos temporários de colaboradores e outras ocorrências que possam gerar impactos operacionais, administrativos ou financeiros ao longo da execução do projeto.

Adicionalmente, foram previstos valores destinados à cobertura de eventos que possam gerar ônus ao projeto no âmbito das relações de trabalho, incluindo, mas não se limitando, a afastamentos temporários de colaboradores, acidentes de trabalho, gravidez superveniente durante a execução contratual, saúde ocupacional e demais situações que possam implicar custos adicionais de natureza trabalhista, operacional ou administrativa relacionados à gestão de pessoal.

Nesse contexto, foram considerados custos vinculados à permanência parcial de profissionais das áreas de gestão, apoio administrativo, recursos humanos e equipe finalística, necessários ao processamento de desligamentos, conferências documentais, apoio à prestação de contas, organização de arquivos, sistematização e encerramento técnico das atividades executadas, consolidação de informações e finalização de obrigações acessórias. Também foram previstas despesas relativas à manutenção temporária das sedes operacionais localizadas em Brumadinho e Belo Horizonte, incluindo aluguel, água, energia elétrica, IPTU, serviços de assessoria contábil e finanças e demais encargos correlatos incidentes durante o período de encerramento e transição.

Incluem-se, ainda, despesas relacionadas à conservação e manutenção de bens e instalações, inclusive adequações e reparos necessários para devolução dos imóveis nas condições contratuais pactuadas, bem

como custos logísticos finais destinados às atividades de desmobilização, transporte, retirada de materiais, organização patrimonial e demais providências necessárias ao encerramento definitivo das operações do projeto.

Ressalta-se, por fim, que, por se tratar de estimativas, os valores poderão sofrer variações conforme a dinâmica real de contratação, tempo de permanência dos profissionais e eventuais alterações normativas ou convencionais, sendo os custos efetivamente apurados e executados conforme as situações concretas verificadas, em estrita observância à legislação vigente, aos princípios da economicidade e à adequada prestação de contas.

Dessa forma, assegura-se a adequada cobertura destas despesas observando-se critérios de rastreabilidade, conformidade e regularidade na execução orçamentária e financeira do projeto.

E por fim, ressalta-se que, em relação à alocação de rubricas entre os anexos, esclarece-se que, nesta etapa, a distribuição foi realizada conforme a organização prevista para cada frente de atuação.

Não obstante, será considerada, no detalhamento operacional do projeto, a adoção de medidas de uso compartilhado de recursos e estruturas, sempre que tecnicamente viável, com vistas a evitar sobreposições e promover maior economicidade na aplicação dos recursos. Eventuais ajustes serão implementados de forma justificada, em consonância com os princípios da eficiência e da boa gestão.

11. Logística de Apoio à Entidade Gestora

Em conformidade com as deliberações das Instituições de Justiça, fundamentadas em estudos da CAMF, que preveem a destinação de recursos específicos para viabilizar o deslocamento das pessoas atingidas, foram realizadas estimativas dos custos associados a transporte, alimentação e viagens. Para essa finalidade, foi destinado o montante de R\$ 380.074,00 (trezentos e oitenta mil, setenta e quatro reais), conforme detalhado no quadro abaixo:

MESES		LOGÍSTICA ENTIDADE GESTORA		
		TRANSPORTE	ALIMENTAÇÃO	VIAGEM
mar/26	MÊS 01	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
abr/26	MÊS 02	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
mai/26	MÊS 03	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
jun/26	MÊS 04	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
jul/26	MÊS 05	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
ago/26	MÊS 06	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
set/26	MÊS 07	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
out/26	MÊS 08	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
nov/26	MÊS 09	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
dez/26	MÊS 10	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
jan/27	MÊS 11	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
fev/27	MÊS 12	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
mar/27	MÊS 13	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
abr/27	MÊS 14	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
mai/27	MÊS 15	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
jun/27	MÊS 16	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
jul/27	MÊS 17	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
ago/27	MÊS 18	R\$ 14.780,66	R\$ 4.223,04	R\$ 2.111,52
TOTAL		R\$ 266.051,80	R\$ 76.014,80	R\$ 38.007,40
TOTAL GERAL		R\$ 380.074,00		

As projeções consideram a participação nas atividades promovidas pela Entidade Gestora, incluindo ações formativas relacionadas aos projetos de crédito e microcrédito, assembleias das pessoas atingidas e reuniões ordinárias dos conselhos, conforme estabelecido na proposta homologada judicialmente.

9. 1. Rendimento de Aplicação

No âmbito do Termo de Compromisso firmado em 06/03/2026, e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas Instituições de Justiça a partir dos estudos da CAMF, o IBGP considera a utilização dos rendimentos oriundos da aplicação financeira do conjunto do projeto, no âmbito do Anexo I.1, com atualização pelo IPCA.

Esses recursos destinam-se ao fortalecimento da execução das ações previstas, contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, conforme diretrizes da proposta homologada judicialmente.

10. CRONOGRAMA DE REPASSES POR PARTE DA U'S, DESMOBILIZAÇÃO

Os valores previstos para repasse ao longo da execução serão apresentados de forma trimestral, em consonância com as disposições do instrumento contratual vigente. A definição dessas projeções financeiras considera as necessidades de execução do projeto, conforme o planejamento de desembolso e os registros financeiros elaborados.

	1º Semestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	5º Trimestre	6º Trimestre	TOTAL
PARCELA	1R Parcela ¹	2R Parcela	3R Parcela	4R Parcela	5R Parcela	6R Parcela	
ANEXO I.1	R\$ 2.248.807,37	R\$ 1.124.403,69	R\$ 1.124.403,69	R\$ 1.124.403,69	R\$ 1.124.403,69	R\$ 749.602,46	R\$ 7.496.024,58
PERCENTUAL	30%	15%	15%	15%	15%	10%	100%

¹ - Referente a 06 meses de Assessoria

A execução do projeto depende da regularidade no repasse dos recursos, conforme o planejamento financeiro, garantindo continuidade das atividades e uso adequado dos recursos.

Os rendimentos gerados pela aplicação temporária dos valores integram o orçamento e podem ser impactados por variações no fluxo de repasses, afetando o equilíbrio financeiro e a execução das ações.

10.1. Cronograma de Desmobilização

A desmobilização do projeto compreende o conjunto de ações estruturadas para o encerramento das atividades, assegurando a conclusão das entregas, a organização das informações produzidas e o cumprimento das obrigações previstas.

Tem como objetivo garantir a finalização adequada das ações, a sistematização dos resultados e a transparência do processo, preservando a integridade dos registros e a rastreabilidade das atividades desenvolvidas.

Nesse contexto, a ATI adotará procedimentos voltados à consolidação das entregas, incluindo a finalização de relatórios técnicos e financeiros, a organização e disponibilização de documentos e bases de dados, bem como a realização de devolutivas às pessoas atingidas e às instâncias envolvidas.

No que se refere à gestão de pessoas, a desmobilização da equipe será realizada de forma planejada e gradual, conforme demonstrado no gráfico abaixo, em consonância com o encerramento das frentes de trabalho e o cumprimento das metas estabelecidas. O processo observará integralmente a legislação trabalhista aplicável, incluindo a formalização do encerramento dos vínculos, o cumprimento das obrigações legais e a organização da documentação pertinente, de modo a evitar impactos na execução final do projeto.

Para além, pontuamos que os Supervisores Territoriais foram previstos para desmobilização no 18º mês, uma vez que a fase de desmobilização também integra a execução do projeto. Embora as atividades de mobilização em campo sejam gradualmente reduzidas, permanecem até o encerramento ações que demandam acompanhamento e coordenação territorial.

Quanto aos bens e equipamentos, serão realizados o levantamento e a destinação adequada dos itens adquiridos ao longo da execução, bem como daqueles oriundos de estruturas anteriormente existentes. Esse processo considerará critérios de uso, conservação e diretrizes institucionais e contratuais, assegurando rastreabilidade e transparência na definição de sua destinação final.

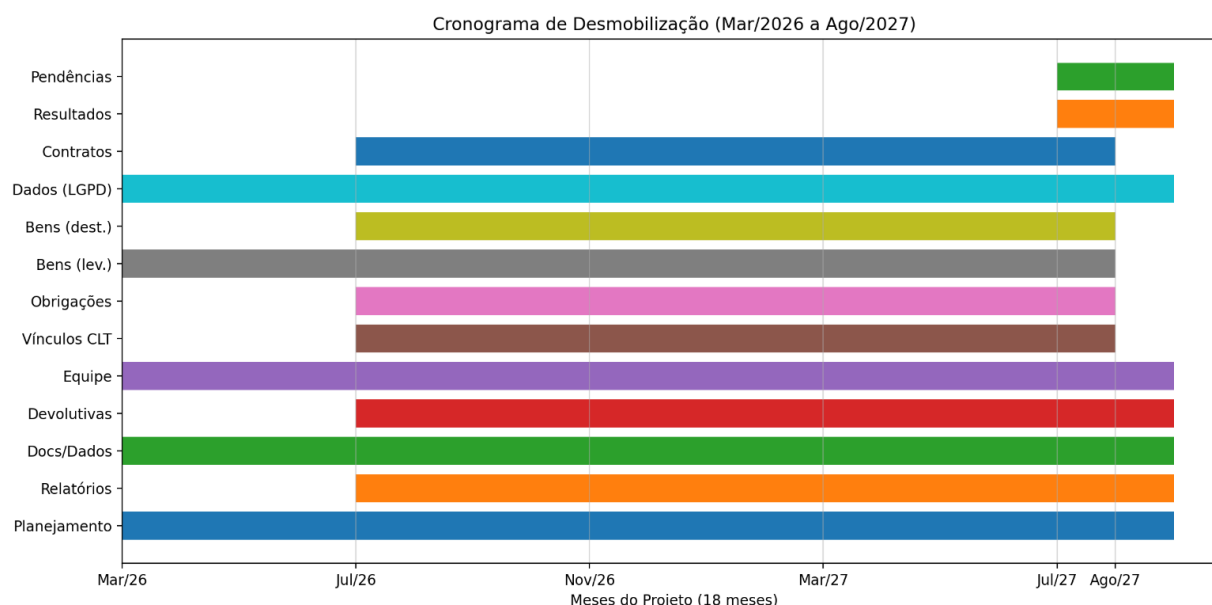
Em relação à proteção de dados, serão adotadas medidas em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados, garantindo o tratamento adequado das informações, com procedimentos de armazenamento, anonimização ou descarte seguro, conforme aplicável.

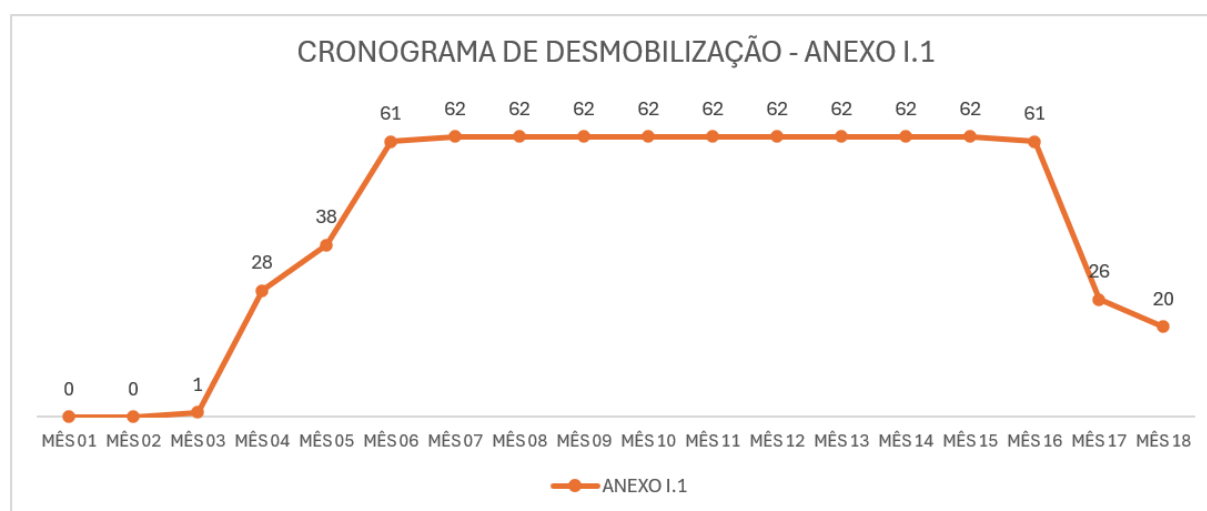
Conforme mencionado acima, importante ratificar que a desmobilização das equipes e das atividades de campo será iniciada antes do encerramento do 18º mês, de forma planejada e gradual, em conformidade com o cronograma de execução do projeto. Dessa forma, embora a execução das atividades esteja integralmente prevista para ocorrer até o 18º mês, poderão existir despesas residuais após esse período, exclusivamente relacionadas aos procedimentos administrativos e operacionais de encerramento, tais como a desmobilização das equipes, finalização de obrigações contratuais e consolidação da prestação de contas. Tais despesas não caracterizam prorrogação da execução do projeto, mas decorrem do processo regular de encerramento, garantindo o cumprimento das exigências institucionais e contratuais.

Etapas de Desmobilização

- Planejar cronograma de encerramento alinhado às metas finais;
- Finalizar relatórios técnicos e financeiros;
- Organizar e sistematizar documentos, registros e bases de dados;
- Realizar devolutivas às pessoas atingidas e instâncias envolvidas;
- Desmobilizar equipe de forma gradual, sem comprometer a execução final;
- Encerrar vínculos empregatícios conforme legislação (CLT);
- Cumprir obrigações trabalhistas e formalizar desligamentos;
- Levantar bens e equipamentos adquiridos ou herdados;
- Definir e registrar destinação conforme diretrizes aplicáveis;
- Organizar, armazenar, anonimizar ou descartar dados conforme LGPD;
- Encerrar contratos com fornecedores e serviços;
- Consolidar resultados e garantir transparência das informações;
- Regularizar pendências administrativas e financeiras.

Tabela – Cronograma de Desmobilização





IBGP

Assessoria técnica independente

11. DADOS BANCÁRIOS

BANCO SICOOB	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
ANEXO I.1	4092	67.777-9
PARTICIPAÇÃO INFORMADA	4092	67.781-7
CONTA PARA PAGAMENTOS RATEADOS	4092	72.438-6



IBGP

Assessoria técnica independente

12. REFERÊNCIAS

INSTITUTO GUAICUY. Plano de Trabalho: assessoria técnica às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da Mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A. Curvelo e Pompéu – MG Anexo1.1 – R4, MG: Instituto Guaicuy, 2023/2025.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MG. Proposta definitiva para gestão de parte dos recursos do Anexo I.1: projetos de demandas das comunidades. Minas Gerais: Cáritas Brasileira Regional MG, [s.d.].

AEDAS MG. Assessoria técnica independente às pessoas atingidas. Disponível em: <<https://aedasmg.org>>. Acesso em: 6 abr. 2026.

